

COVID

Como o exercício profissional em si é fator de risco de contaminação

50 ANOS

Luta por justiça para Luiz Eduardo Merlini, assassinado pela ditadura

REVOLTA

Em plena pandemia, Doria demite 150 trabalhadores da Imprensa Oficial

VOTO

Conheça os candidatos na eleição do Sindicato



O ESTADO É O CULPADO

JUDICIÁRIO LEVOU DUAS DÉCADAS PARA RECONHECER QUE ALEX SILVEIRA NÃO É O RESPONSÁVEL PELA BALA DE BORRACHA QUE O ATINGIU NO OLHO, ENQUANTO TRABALHAVA NA COBERTURA DE UMA MANIFESTAÇÃO. LUTA PELA REPARAÇÃO DOS DANOS SEGUE

EDITORIAL

Eu, jornalista, trabalhador(a)

Já virou chavão nas discussões internas do nosso Sindicato, a certa altura, alguém dizer: “Nas redações, há profissionais que não se enxergam como trabalhador(a)”. Parece um jargão sindical surrado, mas analisar um pouco a questão é uma boa chave para pensar sobre as mudanças em curso no mundo do trabalho e no papel do Sindicato.

De cara, devemos descartar a ideia de que a direção sindical pretenda dar lição de moral

a sua base: nossa vocação é a de organizar a categoria profissional para defender os seus interesses. É assim que qualquer trabalhador passa a se ver como parte de um coletivo com interesses próprios, cujo móvel constante é o enfrentamento à exploração do trabalho assalariado.

Na fundação de nosso Sindicato, em 1937, uma reunião de 50 jornalistas discutiu exatamente essa questão: decidiram que a entidade não seria uma associação de profissionais liberais, mas sim de assalariados. Era o que correspondia à identidade da profissão. De lá para cá, essa essência não mudou. Mesmo com o avanço tecnológico, com a precarização do trabalho, com a pejotização, continuamos a ser, basicamente, trabalhadores a serviço de empresas, grandes ou pequenas, que necessitam se agrupar com seus iguais para defender suas prerrogativas profissionais – tanto as de exercício do jornalismo, quanto as diretamente trabalhistas, como remuneração e respeito à jornada.

O exemplo da Editora Três

Se jornalista é trabalhador, aqui a regra se aplica também em relação à pejotização. No Brasil, continua existindo o direito ao vínculo em carteira. Sempre que a pessoa presta um trabalho regular, de cunho pessoal, com chefe e pagamento, então tem de ser registrada em carteira – isso vale para qualquer trabalhador, incluindo o jornalista.

Claro, em 2017, a terceirização no Brasil foi legalizada para atividade fim. Isso quer dizer que, mesmo que o Sindicato seja contrário, a CNN pode legalmente contratar a Paris Filmes para empregar os repórteres cinematográficos. Mas eles, jornalistas, não são PJs, são empregados da empresa terceirizada, com registro em carteira.

Quando a pessoa é ela mesma a “Pessoa Jurídica”, sua atividade em relação de trabalho com as características do vínculo se torna fraude patronal (contra o trabalhador) – inclusive nos casos de Micro Empreendedor Individual. A atividade só será legal quando se trata de uma verdadeira pessoa jurídica, que atende diversos clientes, em condições variadas. Na grande maioria dos casos, a relação de pejotismo é mentira escancarada. Mas, para sobreviver, o profissional com frequência não tem escolha, e aceita.

Neste caso, qual é o papel do Sindicato? Em primeiro lugar, o de estar junto, acolher e dar todo apoio aos profissionais, bus-

cando defender os seus interesses, e levando sempre a discussão e o esclarecimento a respeito de sua real condição e de seus direitos, nem sempre de conhecimento pleno.

A atuação da entidade é sempre importante, como mostra o caso da Editora Três. Com as redações largamente pejotizadas há muitos anos, a atuação sindical vem sendo de combate permanente à precarização e defesa do vínculo (até agora sem conseguir reverter o cenário), mas o tempo todo dialogando com os profissionais e se dispondo a representá-los. No passado, isso já significou realizar assembleias com uma maioria de mais de 90% de PJs, negociar, até organizar greves...

Chegamos ao momento atual, no qual o Sindicato representa os jornalistas – contratados e PJs – no processo de recuperação judicial da empresa, por meio de comunicação cotidiana por grupo de WhatsApp, assembleias virtuais, negociação e representação formal na assembleia de credores. Por iniciativa do Sindicato (com base na experiência com a Abril), os jornalistas PJs que prestam serviços para a Editora Três foram alocados entre os credores da empresa em condições idênticas de pagamento às dos profissionais CLTs, sem deságio no pagamento (ao contrário de todos os demais credores da empresa). Em resumo: a atuação sindical mostra, na prática, que jornalista é trabalhador(a).

**SEMPRE QUE A PESSOA
PRESTA TRABALHO
REGULAR, DE CUNHO
PESSOAL, COM CHEFE E
PAGAMENTO, TEM DE SER
REGISTRADA EM CARTEIRA
– ISSO VALE PARA
QUALQUER TRABALHADOR,
INCLUINDO O JORNALISTA**

Mais agressões

Guaratinguetá assistiu estarrecida, em 21 de junho, um novo episódio da saga criminosa de Jair Bolsonaro, que, enfurecido ante simples perguntas de interesse público, passou a berrar sem máscara com a repórter Laurene Santos e o repórter cinematográfico André Bias, da TV Vanguarda. Bolsonaro reage com extremo nervosismo às enormes manifestações de rua contra o seu governo, que, a despeito da pandemia, começam a tomar as ruas, desde o já histórico 29 de maio de 2021. O nosso Sindicato está presente nos protestos, ao lado de centenas de milhares de pessoas, gritando a plenos pulmões: “Fora Bolsonaro”.

Por seus múltiplos crimes de responsabilidade, a Fenaj já havia se somado a outras entidades, em maio de 2020, entregando um pedido de impeachment de Bolsonaro. O nosso Sindicato, em 7 de abril de 2021, entrou com uma ação de danos morais contra o presidente, por suas contínuas agressões verbais dirigidas a jornalistas de São Paulo. Neste novo ataque,

o Sindicato imediatamente entrou em contato com a equipe da TV Vanguarda para dar seu apoio direto aos jornalistas e pôr a entidade à disposição para qualquer medida que quisessem tomar.

Frente à agressão, Laurene recebeu justo apoio de amplos segmentos da sociedade civil, de entidades profissionais e das entidades patronais da comunicação. Três dias depois, continuavámos na defesa dos jornalistas agredidos, mas desta vez na mesa de negociação da campanha salarial de rádio e TV. Mais de seis meses após a data-base (1º/12), os patrões se negam a dar a reposição da inflação nos salários e querem tirar a PLR da Convenção Coletiva. Pudemos dizer na mesa: “Querem mesmo apoiar os jornalistas que, em meio à pandemia, mantêm de sol a sol o seu trabalho, essencial para a população brasileira? O ‘apoio’ concreto é o salário reajustado e o rendimento assegurado para os profissionais e suas famílias.”

Sim! Jornalista é trabalhador(a), e o Sindicato é expressão disso, como instrumento permanente de defesa dos direitos, como espaço coletivo de acolhimento, de apoio, de debate, de organização e de ação da categoria por um futuro melhor para todas(os). ■

Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo



UNIDADE

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO
DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXPEDIENTE

Diretora responsável Priscilla Chandretti
Jornalista Adriana Franco **Edição de arte**
 Fábio Bosquê **Capa** Sérgio Silva (foto)
Revisão Cláudio Soares

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Mello, Cinthia Gomes, Decio Trujillo, Fábio Bosquê, Laerte Coutinho, José Hamilton Ribeiro, Juca Kfouri, Larissa Gould, Lau-rindo Lalo Leal Filho, Márcia Regina Quintanilha, Maria Inês Nassif, Mônica Zarattini, Pedro Zavitoski Malavolta e Rodrigo Vianna.

Artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do SJSP.

Rua Rego Freitas, 530 – Sobreloja. CEP 01220-010. São Paulo – SP Tel: (11) 3217-6299

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Paulo Zocchi **Secretária-geral** Cândida Vieira **Secretário de Finanças** Cláudio Soares **Secretário do Interior** José Eduardo de Souza **Secretária de Comunicação e Cultura** Priscilla Chandretti **Secretário de Relações Sindicais e Sociais** André Freire **Secretária de Sindicalização** Lílian Parise **Secretária Jurídica e de Assistência** Evany Sessa **Secretária de Formação Sindical e Profissional** Érica Aragão

DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues, Ana Flávia Marx, Ana Mina-deo, Cláudia Tavares, Clélia Cardim, José Augusto Camargo, Marlene Bergamo, Michele Barros, Raphael Salomão, Ricardo Vital, Sérgio Kallili, Solange Melendez e Thiago Tanji

COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO (CORFEP)

Eduardo Viné, Flávio Carranca e Jorge Araújo

DIRETORES REGIONAIS

ABCD Cadu Bazilevski **Bauru** Sérgio Paes
Campinas Marcos Rodrigues **Piracicaba** Patrícia Sant’Ana **Ribeirão Preto** Aurenir Menezes **Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Fernanda Soares **Santos** Solange Santana **Sorocaba** Fabiana Caramez

DIRETORES DE BASE DO INTERIOR

ABCD Jô Miyagui, Peter Suzano, Roberto Parizotti e Vilma Amaro **Bauru** Antônio Ramos, Ricardo Santana, Sérgio Borges e Tânia Brandão **Campinas** Leila de Oliveira e Ricardo Andrade **Piracicaba** Adriana Ferezim, Gustavo Franco Annunciatto, Martim Vieira Ferreira e Paulo Roberto Botão **Ribeirão Preto** David Radesca, Nilton Pinati Júnior e Sérgio Sampaio **Santos** Carlos Alberto Ratton, Carlos Norberto Souza e Reynaldo Salgado **Sorocaba** Abner Laurindo e Pedro Jorge Courbassier **Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Edvaldo Antônio de Almeida, Rita de Cássia Dell Aquila e Victor Cruz

CONSELHO FISCAL

Amadeu Mêmolo, João Marques, Luigi Bon-giovanni e Norian Segatto

COMISSÃO DE ÉTICA

Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala, Rodrigo Ratier e Rose Nogueira

sjsp.org.br

unidade@sjsp.org.br

[@JornalistasSP](https://twitter.com/JornalistasSP)

[@SindicatoJornalistasSP](https://facebook.com/SindicatoJornalistasSP)

[@JornalistasSP](https://instagram.com/JornalistasSP)

DESTAQUE

Repórter: profissão de risco durante a pandemia

Condições inerentes ao trabalho de profissionais os expõem ao risco de contaminação da covid-19; Sindicato reivindica inclusão da categoria entre os grupos prioritários de vacinação

por Adriana Franco

Um incêndio em um hospital municipal leva a imprensa ao local para cobrir o fato. São repórteres de texto e imagem de rádio, televisão, jornal impresso e portais que, posteriormente, se reúnem com editores para preparar a notícia. Alguns dias depois, 23 destes profissionais testaram positivo para a covid-19.

O fato aconteceu em Aracaju (SE) e explicita o risco ao qual jornalistas estão expostos na cobertura jornalística. Em São Paulo, o trabalho presencial em algumas emissoras de TV com falhas no protocolo pode ter sido o responsável por surtos de contaminação que ocorreram em redações, casos em que o Sindicato buscou agir com urgência. Além disso, repórteres reclamam de coletivas do governo do estado e coberturas da Presidência da República por conta da aglomeração que provocam.

Bianca*, que é repórter em uma emissora de TV em São Paulo, conta que os protocolos de segurança nas coletivas do governo do estado só são observados em determinado local do Palácio dos Bandeirantes. Em outros locais ou coletivas, as mesmas regras não são cumpridas. “A pior situação que vivenciei foi a cobertura das doses da Sinovac chegando ao aeroporto de Guarulhos. Liberaram para fazer as imagens, acessar a pista e a gente ficou completamente amontoado. A minha cabeça amassada entre duas pessoas para conseguir segurar o microfone porque o governador decidiu falar e a gente não estava esperando. Eu fui embora com muito medo, foi aterrorizante mesmo”, relatou Bianca.

Covidário

As coberturas das atividades no estado do presidente Bolsonaro e de alguns de seus ministros, que têm como prática não usar máscara em eventos oficiais, foram apelidas pelos repórteres de covidário. Fernanda*, repórter em outra emissora de TV, relata que é comum que Bolsonaro ignore e provoque aglomeração propo-

sitadamente, mesmo quando há púlpito montado, o que poderia garantir segurança e distanciamento aos profissionais.

Por autoproteção, a jornalista adota estratégias para não se contaminar no dia a dia: “O que a gente tenta fazer é não se embolar. Teve uma situação, há pouco, em que ele [Bolsonaro] não ia falar, então não ia ter sonora. Quando ele chegou no meio da multidão, eu me afastei. Mas meu colega que é repórter cinematográfico tinha que fazer a imagem.”

Covid como doença do trabalho

Diante de um vírus com grande capacidade de disseminação em lugares com aglomeração de pessoas, os locais de trabalho tornam-se um ambiente propício à sua disseminação. Segundo a médica e pesquisadora em saúde do trabalhador, Maria Maeno, estas são características dos locais de

LOCais DE TRABALHO SÃO AMBIENTES PROPÍCIOS À DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS, MAS A DIFICULDADE EM COMPROVAR A FORMA DE CONTAMINAÇÃO DIFICULTA O ENQUADRAMENTO DA COVID COMO DOENÇA LABORAL



Sindicato exige explicações do governo do estado sobre por que coletivas de autoridades são realizadas sem medidas para proteger os participantes

COLETIVA DE DORIA AGLOMERA CENTENAS

Próximo ao fechamento do *Unidade*, o Sindicato entrou em contato telefônico com a Secretaria de Comunicação do Governo do Estado em função de aglomeração com centenas de prefeitos, assessores e outros políticos de diversas partes do estado em atividade com o governador João Doria (PSDB). As explicações foram insuficientes, e o SJSP formalizou a cobrança para que o governo apresente esclarecimentos públicos sobre por que o lançamento foi organizado dessa forma, e quais as providências tomadas para que esse quadro não se repita.

O Sindicato também cobra das empresas de comunicação que garantam aos jornalistas o direito de não se colocarem em situação de risco de contágio por irresponsabilidade de terceiros.

• **Saiba mais:** <https://bit.ly/3hq54ve>

trabalho. Para piorar, é onde o trabalhador não é capaz de controlar sua forma de estar.

“Todas as atividades de trabalho que proporcionam o contato com pessoas, com o ar infectado ou com pouca renovação de ar, são circunstâncias que contribuem para a covid se disseminar. Por isso, nós defendemos que os trabalhadores em trabalho presencial com covid tenham a doença presumivelmente relacionadas ao trabalho”, disse Maria.

Configurar a covid-19 como doença do trabalho é importante especialmente para garantir direitos aos trabalhadores celetistas, tais como manutenção da contribuição ao FGTS durante o afastamento, estabilidade no emprego, não necessitar de carência de contribuição previdenciária para receber o benefício e recebimento de adicional até a aposentadoria em caso de sequelas.

Um grupo de pesquisadores busca informações de adoecimento por coronavírus que sirvam de subsídios para os sindicatos planejarem suas ações de prevenção da doença e minimização de consequências clínicas e sociais. Os jornalistas que tiveram atuado presencialmente na pandemia podem participar. (bit.ly/3wUUN0K)

Atuação sindical

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSP) aprimorou, ao longo da pandemia e por meio de diálogo com a categoria, as recomendações e reivindicações de segu-

rança, adaptadas às condições concretas de trabalho. Originalmente enviadas em março de 2020 às empresas, elas incluem: colocar em home office o maior número possível de profissionais, testagem periódica, afastar profissionais sintomáticos e aqueles que tiveram contato com casos suspeitos até testagem.

Desde janeiro de 2021, o SJSP também tem insistido na inserção da categoria entre os grupos prioritários de vacinação. Há um debate na categoria sobre o assunto, mesmo que haja amplo acesso dos profissionais que a principal reivindicação é a vacinação já de toda a população. Boa parte dos colegas avalia que os jornalistas que estão em trabalho presencial deveriam ser priorizados na imunização, mas há aqueles contrários por considerarem que há outros setores mais ameaçados.

Em junho, em uma reunião organizada pelo SJSP para discutir a questão, a maioria dos presentes avaliou que os jornalistas deveriam estar ao lado de outras categorias profissionais que estão expostas ao risco de contágio em decorrência direta do seu trabalho. Fernanda concorda com a reivindicação, por entender que “o jornalismo é o canal por onde as pessoas vão se informar, então é realmente um serviço essencial que não tem como parar.” ■

* Os nomes das jornalistas foram trocados para preservar a identidade das profissionais

CAPA



FOTOS: CAIO GUATELLI

21 ANOS DE LUTA POR JUSTIÇA

**POR 10 VOTOS A 1, STF CONSIDERA QUE O ESTADO É RESPONSÁVEL POR GRAVE LESÃO SOFRIDA
POR ALEX SILVEIRA ENQUANTO TRABALHAVA EM COBERTURA DE MANIFESTAÇÃO, EM MAIO DE 2000.
DECISÃO PODE RESTABELECER JUSTIÇA APÓS O JUDICIÁRIO PAULISTA CULPAR, EM 2014,
O PRÓPRIO FOTOJORNALISTA PELA AGRESSÃO SOFRIDA. ACÓRDÃO FINAL AINDA NÃO FOI REDIGIDO**

por Eduardo Viné Boldt

OSupremo Tribunal Federal (STF) deu um importante passo para a correção de um erro histórico em ação que já dura mais de duas décadas. No início do mês de junho, o colegiado concluiu a votação sobre o recurso apresentado pelo repórter fotográfico Alex Silveira. Para a maioria dos ministros, o Estado de São Paulo é culpado por lesão sofrida pelo jornalista durante o exercício de suas atividades profissionais em cobertura de manifestação na Avenida Paulista, violentamente reprimida pela Polícia Militar de São Paulo.

O fotojornalista Alessandro Wagner Oliveira da Silveira trabalhava para o jornal *Agora* em maio de 2000 quando foi ferido por um tiro de bala de borracha. Alex

registrava a manifestação de professores em greve próximo ao Masp quando a PM, com seu Batalhão de Choque, reprimiu os manifestantes com bombas e utilização de “armas não letais”. O fotógrafo teve ferimento em seu olho esquerdo enquanto registrava o ato, o que provocou lesão grave e permanente.

O péríodo de Alex estava apenas começando. Em pouco tempo, ele foi obrigado a abandonar a profissão por causa de sua nova condição. “Larguei do fotojornalismo de rua uns dois anos depois que eu sofri (a lesão)”, relembra. Mesmo após diversas cirurgias, o jornalista teve perda significativa da visão, que o fez deixar a atividade prematuramente.

O fotógrafo entrou com ação contra o estado buscando reparação, e teve seu pedido julgado em primeira instância em 2008. O tribunal deu ganho de causa ao fotojornalista, com responsabilização do

estado pela violência empregada por seus agentes de segurança contra o profissional. O juiz fixou ainda indenização de 100 salários mínimos pelos danos causados a Alex.

Em 2014, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reformou a sentença em decisão, no mínimo, polêmica. Os desembargadores Vicente de Abreu Amadei, Sérgio Godoy Rodrigues de Aguiar e o juiz substituto em 2º grau Maurício Fiorito analisaram as apelações e responsabilizaram o fotógrafo pelo próprio infortúnio. Com essa decisão, o estado de São Paulo se livrava da responsabilidade sobre o ocorrido, e jogava a culpa diretamente nos ombros de Alex, vítima da truculência policial.

A insólita decisão do TJ paulista culpava o fotojornalista pelos ferimentos que o levaram a viver com apenas 15% de sua visão, além de chancelar a violência praticada pelos policiais. Do ponto de vista dos desembargadores, Alex era o único respon-

sável por sua sorte. O relator da decisão deixou clara sua perspectiva na decisão. “Permanecendo, então, no local do tumulto, dele não se retirando ao tempo em que o conflito tomou proporções agressivas e de risco à integridade física, mantendo-se, então, no meio dele, nada obstante seu único escopo de reportagem fotográfica, o autor colocou-se em quadro no qual se pode afirmar ser dele a culpa exclusiva do lamentável episódio do qual foi vítima”, sentenciou, condenando o fotógrafo a arcar ainda com as custas do processo, no valor de R\$ 1,2 mil. Alex Silveira, ao exercer a sua atividade como jornalista, teria assumido o risco, e pagado o preço por isso.

Dez a um

Alex foi amparado pelo departamento jurídico do veículo no qual trabalhava, o que lhe garantiu fôlego para recorrer à corte superior. A possibilidade de reti-

Caio Guattelli fotografou a violência policial contra Alex Silveira e contra os manifestantes naquela tarde de maio de 2000. As agressões contra profissionais de imprensa seguiram como prática rotineira pelos agentes de segurança paulistas



ficação da sentença do TJSP, mais uma vez, gerou importante expectativa sobre o julgamento. Diversas entidades representativas acompanharam o caso e buscaram pressionar os magistrados pela mudança da decisão do tribunal paulista. Uma carta aberta pedindo a reparação da sentença foi endereçada aos ministros do STF, com mais de 40 assinaturas de apoiadores. Campanhas e lives foram realizadas buscando divulgar o julgamento e construir uma frente para dar visibilidade ao caso.

O relator da matéria, ministro Marco Aurélio Mello, já havia apresentado voto favorável ao recurso do fotógrafo em agosto de 2020. Nas palavras do ministro, a decisão do tribunal paulista “viola o direito ao exercício profissional, o direito-dever de informar”. Após proferir o voto, o julgamento foi novamente paralisado pelo pedido de vistas do ministro Alexandre de Moraes. A decisão sobre o tema teve que aguardar mais alguns meses.

No último dia 9 de junho a matéria voltou a ser apreciada pelo colegiado. A Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos no Estado de São Paulo (Arfoc-SP) realizou transmissão em que acompanhava a votação dos magistrados ao vivo pelas redes sociais. Alex participou da live com a presença do presidente da Arfoc-SP, Toni Pires, e da fotógrafa Mônica Zarattini, além de representantes de entidades e apoadores individuais. A expectativa por um desfecho favorável crescia. “No início eu esperava uma vitória apertada, até pelo histórico do STF nos últimos julgamentos. Mas é uma luta que não acabou”, destacou o presidente da Arfoc-SP.

Nove ministros acompanharam o voto do relator. Apenas o ministro Kassio Nunes Marques divergiu. O placar da votação foi 10 votos a 1, a favor do recurso do fotógrafo. Um avanço na restauração da justiça para Alex e para os jornalistas como um todo. Mesmo com o placar favo-

rável, a vitória é vista com desconfiança. O acórdão, texto final do processo, ainda não foi redigido.

Tiro na cara

“É um fato. Eu ganhei. A categoria ganhou com isso? Pode ser que sim. Ainda não sabemos”, pondera Alex Silveira.

As implicações da decisão do TJ de São Paulo, proferida em 2014, extrapolavam a gravíssima lesão sofrida pelo profissional. Ao não responsabilizar o estado e impedir a indenização ao profissional, o tribunal apontava para um perigoso precedente contra o exercício do jornalismo, normalizava a violência da polícia, restringia a ação dos jornalistas, fragilizava a liberdade de imprensa.

A decisão do STF poderá abrir caminho para jurisprudência em outros processos e casos de violência do estado contra profissionais da imprensa. Agressões, como a sofrida pelo fotógrafo Sérgio Silva durante as manifestações de 2013, podem ser julgadas a partir da decisão proferida. “O Estado é responsável pelos danos que seus agentes causam nos jornalistas. É uma sentença que resgata a importância social do jornalismo, a função social do papel do jornalismo frente a violência”, afirma Paulo Zocchi, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

Apesar da aparente vitória, ainda há prudência sobre o resultado. “Foi feito o teatro, foi feita a *mise-en-scène* toda, mas agora está na mão do Alexandre de Moraes, que tem de três a seis meses para chancelar qual é a multa, como deve ser paga. Isso também é importante”, aponta o presidente da Arfoc-SP, Toni Pires.

“Eu não sei se o STF vai resolver lá. Não sei se eles vão mandar voltar para a instância anterior em São Paulo, para que se resolva aqui. Eu não sei”, conclui Alex. O fotógrafo faz referência à decisão de 2014,

“VOCÊS JÁ ESTIVERAM EM MANIFESTAÇÃO? JÁ VIRAM ALGUÉM CAÍDO NO CHÃO PELA POLÍCIA? DERRUBADO NO CHÃO, DESMAIADO, POR QUALQUER MOTIVO? VOCÊ JÁ PERCEBEU O EFEITO MORAL QUE TUDO ISSO DÁ?”

proferida pelo TJ de São Paulo. “Como é que eu posso entender que vai ser justa uma indenização de quem ficou falando que eu era responsável por levar um tiro na cara?”

Toni ressalta que o valor da indenização deve ser proporcional ao dano causado ao fotógrafo, e adequado ao ponto de inibir a violência realizada pelo estado. “Você fala em 100 salários mínimos pagos em precatórios. Isso é nada. Então o estado vai continuar a reprimir da forma que quiser, porque levou 21 anos para (ser condenado) e vai pagar em precatórios. Em termos de indenização ao profissional, ele não recebe nada”, questiona.

Repressão

“Vocês já estiveram em manifestação? Já viram alguém caído no chão pela polícia? Derrubado no chão, desmaiado, por qualquer motivo? Você já percebeu o efeito moral que tudo isso dá? Na minha opinião, isso é tática”, relata o fotógrafo à reportagem.

A repressão contra os profissionais da imprensa é um *modus operandi* do Estado brasileiro, que se repete ao longo do tempo. A atitude é mais um “entulho” do período da ditadura brasileira. O presidente do Sindicato dos Jornalistas, Paulo Zocchi, pondera sobre a ação das forças de repressão do Estado. “A Polícia Militar foi criada no regime militar e é uma herança da ditadura. A polícia trata as

manifestações de uma maneira hostil. Os jornalistas acabam sendo atingidos como um subproduto. Ela agride os jornalistas para impedir o trabalho jornalístico, para bloquear o registro da violência contra os manifestantes,” aponta.

Toni Pires ressalta o efeito psicológico que a agressão ao jornalista causa. “No instante em que você aborda um profissional de imprensa e cria um momento de tensão, espalha essa tensão para todos os outros companheiros de trabalho. Você desvia o foco também. É todo um trabalho de tensão, de impedimento. Começa com essa criação de tensão, de intimidação, e o ataque direto é mais do que querer impedir. É um ódio. É um ranço de ser contra. De enxergar a imprensa como um inimigo”, conclui.

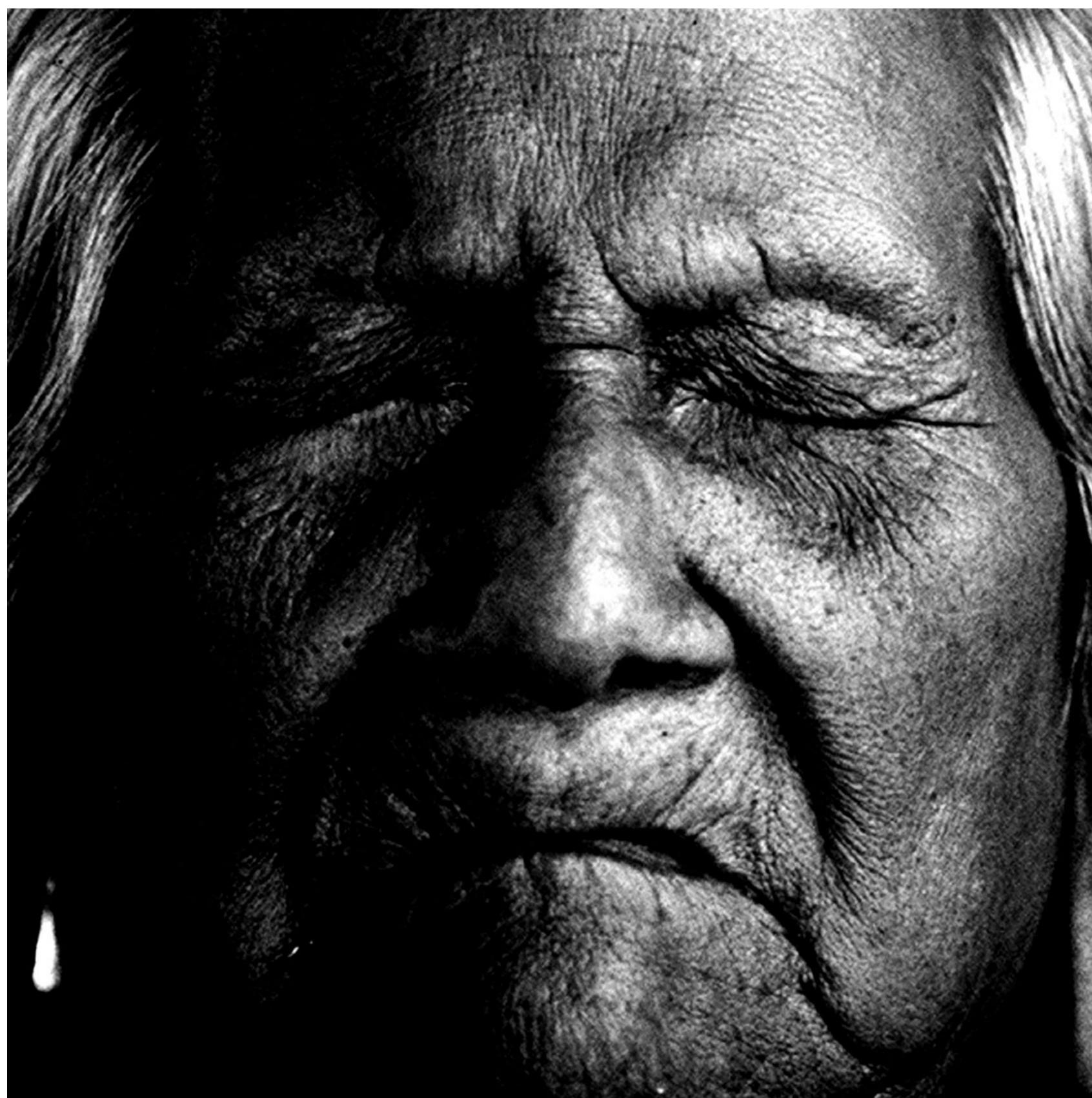
“Não acabou, tem que acabar...”

Desde 2013, policiais militares e guardas municipais passaram a figurar anualmente como os principais agressores nos relatórios de violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil organizados pela Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) – situação modificada após a eleição do presidente Bolsonaro, que assumiu a frente como maior agressor. Em 2013 mesmo, foram 117 casos de agressões por agentes das forças policiais. Em 2017, 99 casos. No ano passado, mesmo com uma redução expressiva de manifestações em decorrência da pandemia, eles ainda assim agrediram 14 jornalistas.

Em casos como esse, o Sindicato orienta que o jornalista comunique o quanto antes a agressão ao seu veículo e à própria entidade sindical. Que busque reunir registros da agressão e do agressor e registre Boletim de Ocorrência (B.O.) numa delegacia da Polícia Civil próxima ao local da agressão, sempre acompanhado de advogado (o departamento jurídico do SJSP pode acompanhar), e preferencialmente no mesmo dia, se houver ferimento ou hematoma. Se houver qualquer impedimento por parte da polícia para o registro da ocorrência, a orientação é procurar o Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gecep), órgão ligado à Promotoria de Justiça.

O B.O. é fundamental para responsabilizar os autores e documentar a agressão contra o trabalho da imprensa. É o debate sobre essa violência sistemática por parte da PM (contra direitos fundamentais de manifestação e de acesso à informação), que o julgamento de Alex no STF recoloca na ordem do dia. Mas, para o Sindicato dos Jornalistas de SP, a despeito de qualquer discussão que pode – e deve – ser feita sobre reparação às vítimas, sobre a criação de regulações firmes que impeçam o uso da força nessa condição, o centro da questão é lutar pela desmilitarização da Polícia. É atacar uma das raízes desses e de outros crimes cometidos pelo Estado brasileiro contra o povo.

FOTOJORNALISMO



Líder do povo
Krahô, Pedro
Penon, em série
realizada no início
dos anos 2000. O
fotógrafo passou
a desenvolver
trabalhos
documentais
tendo o meio
ambiente
como seu tema
principal

Cor e forma, sombra e luz

fotos Alex Silveira

A violência sofrida por Alex Silveira atingiu em cheio sua atuação como fotógrafo. Após a agressão, ele continuou por um tempo no jornalismo diário, mas decidiu sair. A perda da visão impossibilitou sua plena atuação nas pautas. “Vão estar lá cinco políticos conversando no metrô de São Paulo, como chegou a acontecer. Você vai chegar no meio de 100 pessoas, 200 pessoas e tentar achar o político... Eu não consigo fazer”, conta.

“Eu só enxergo cor e forma, sombra e luz. Eu não enxergo detalhes. Por exemplo, eu só percebo alguma coisa no seu rosto quando percebo o olho piscando”, explica Alex.

Em pouco tempo ele mudou o seu foco. Abandonou o jornalismo diário e a capital paulista e foi desenvolver trabalhos documentais com temática ambiental. Lutando contra a depressão, o jornalista buscou os povos originários e o Brasil profundo. Foi morar no coração da Amazônia.

Durante os anos que se seguiram ele colaborou com importantes veículos e produções internacionais, como a revista *National Geographic*, além de realizar trabalhos para empresas e órgãos públicos, como o Ibama, ICMBio e secretarias de governo.

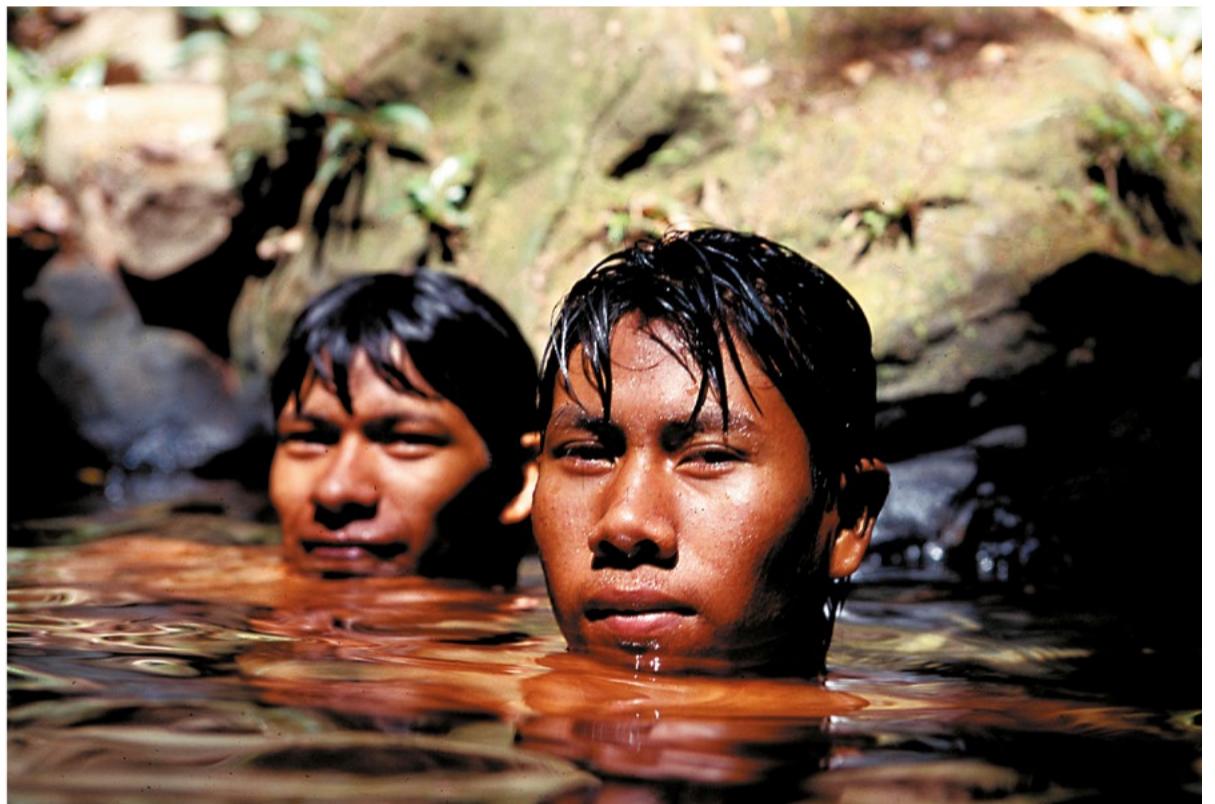
Alex também teve uma passagem pelo Rio de Janeiro, onde desenvolveu outra de suas habilidades, a computação gráfica. Em 2017, resolveu voltar a estudar e se aprofundar no conhecimento da natureza. Hoje reside no Rio Grande do Sul, onde cursa Oceanologia.

Alex nunca parou de fotografar. Atualmente desenvolve um trabalho no registro de aves migratórias, ainda inédito. Continua ativo, evoluindo, focado. “Você vai se adaptando, criando formas, mas é tudo uma questão de adaptação”, registra o fotógrafo. ■

Texto Eduardo Viné



Ao lado, integrantes do povo Krahô se preparam para a tradicional corrida de toras durante festa da colheita da mandioca (Tocantins). Acima, ninhal de colhereiros no Parque Nacional Cabo Orange (Amapá)



Acima, crianças ribeirinhas do Xingu (Pará).
Ao lado, jovens da etnia Krahô em banho de rio



Ao lado, crianças do povo Krahô brincando em campo aberto. Ao fundo, queimada controlada, técnica comum da etnia para a plantação de mandioca. Acima, lobo-guará no Parque Nacional Serra da Canastra (Minas Gerais). Trabalho publicado na revista National Geographic

PROCESSO ELEITORAL



© LAERTE/ILUSTRAÇÃO SINDICAL

O Sindicato somos nós: os jornalistas

Esse é o princípio que norteou os três anos de atuação da atual gestão, que se encerra em agosto. Atuar para que cada vez mais colegas se apropriem de sua entidade. Veja alguns elementos de balanço que fazemos deste período

Nos mesmos dias em que a atual gestão era eleita, há três anos, tinha início uma longa luta frente a grave ataque contra a nossa categoria. A Editora Abril, que era então uma das maiores empregadoras de jornalistas no país, promovia uma demissão em massa de mais de 800 trabalhadores. Dias depois, a empresa dava um calote nos demitidos – e em outras dezenas de jornalistas free-lancers –, entrando em recuperação judicial e suspendendo todos os pagamentos, na véspera da data em que tinha de pagar as verbas rescisórias.

A situação dramática que se abateu sobre centenas de jornalistas, gráficos, administrativos, distribuidores exigiu um

esforço para organizar estes trabalhadores, construindo a unidade entre as categorias, com realização de assembleias, comissões, manifestações de rua, apoio de ex-funcionários, e a atuação jurídica qualificada, buscando o pagamento no menor prazo e com o menor deságio possível, tanto para celetistas quanto para os frilas.

Essa foi a tônica da atual gestão do Sindicato: em um cenário terrível para os jornalistas profissionais e para a classe trabalhadora brasileira, nestes três anos, buscamos incessantemente organizar a luta contra as precarizações das condições de trabalho (tanto no que se refere à ação de diversas empresas, como enfrentando as consequências da reforma trabalhista), e ataques como a reforma da Previdência. Com a eleição de Bolsonaro e o aumento vertiginoso de agressões e cerceamentos ao exercício jornalístico, um fortalecimen-

to da relação entre o Sindicato e os profissionais tem sido fundamental.

Em meio à pandemia, conseguimos fazer do Sindicato uma ferramenta efetiva de defesa da categoria, tanto do ponto de vista sanitário, quanto do ponto de vista das condições de trabalho. Realizamos dezenas de assembleias e reuniões de base, algumas com a participação de centenas de jornalistas. Assim, nos adaptamos à situação de isolamento sem grandes prejuízos ao funcionamento da entidade, e, por meio das assembleias virtuais, reforçamos a organização da categoria em empresas nas quais enfrentamos coletivamente as reduções salariais por acordo individual.

Perseguimos uma ação coletiva, democrática e aberta, traduzida no chamado permanente à sindicalização, como forma de que cada vez mais jornalistas decidam construir a entidade, participar de seus

PREPARE-SE PARA PARTICIPAR DA ELEIÇÃO DO SINDICATO

Atualize suas informações de contato junto ao SJSP até o dia 20 de julho, em: <http://bit.ly/AreaSind>

Marque na agenda os dias 3 e 4 de agosto: é o momento de se manifestar em relação ao futuro da nossa entidade. É a eleição para a próxima Diretoria e para a Comissão de Ética, que terão mandato de agosto de 2021 até 2024.

Em função da pandemia, excepcionalmente, o Sindicato adotou um sistema de votação virtual. Os sindicalizados vão poder participar por meio do nosso site (www.sjsp.org.br), em um processo fácil e seguro. Aqueles que, ainda assim, tiverem dificuldade, poderão votar em urnas presenciais nas sedes da entidade, na capital, em Campinas, Ribeirão Preto e Santos, onde serão observados todos os protocolos de segurança.

A eleição terá chapa única para a Diretoria. Nas próximas páginas, o *Unidade* traz a apresentação da Chapa 1 – Unidade em Defesa d@s Jornalistas e da Democracia, bem como de cada uma das cinco candidaturas individuais à Comissão de Ética. A edição tem também artigos da atual comissão e da atual diretoria, com elementos de balanço e prestação de contas de suas gestões.

Conheça as candidaturas, participe da eleição para expressar sua opinião: quanto maior a participação da categoria, mais fortalecido fica o Sindicato, que somos todos nós.

debates e sustentá-la financeiramente. Um passo importante para isso foi a adoção, em 2019, da mensalidade proporcional de 1% para quem tem vínculo empregatício, de forma a buscar uma política mais justa de mensalidades: quem tem salários mais baixos, paga menos.

Há setores em que nosso trabalho não conseguiu avançar. Faltaram pernas para buscar a representação dos jornalistas que atuam no setor de internet e nas assessorias de comunicação, e para enfrentar a precarização do trabalho de centenas de fotojornalistas. Ainda não conseguimos construir uma comissão permanente de mulheres, ou inserir sistematicamente na nossa ação a defesa de igualdade de raça nas redações – pauta para a qual contamos com o incansável trabalho da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, a Cojira.

A dificuldade aumentou no momento em que a Editora Abril suspendeu a liberação remunerada do presidente do Sindicato, Paulo Zocchi, em outubro de 2020, numa atitude antissindical para prejudicar a organização da categoria.

Mas, na nossa avaliação, demos passos positivos para renovar o Sindicato, aproximá-lo do grosso da categoria nos locais de trabalho, oxigenar seu funcionamento, abri-lo a que a nova geração de jornalistas possa se apropriar plenamente de sua entidade.



ADRIANA FRANCO/SJSP



CADU BAZILEVSKI



CADU BAZILEVSKI

Campanhas salariais

Nestes três anos, os jornalistas conseguiram a manutenção da Convenção Coletiva e o reajuste salarial pela inflação nos segmentos econômicos de Jornais e Revistas da Capital (com grande participação das redações no último período), em Jornais e Revistas do Interior (onde a categoria enfrenta mais duramente a crise do setor de impressos e a decisão empresarial de cortar justamente no jornalismo, que dá valor ao seu negócio) e em Rádio e TV (enfrentando a truculência patronal).

Também levamos campanhas por Acordos Coletivos, muitas vezes em unidade com outras categorias, na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), na RTV Cultura, na TTV, na Bloomberg e no *Brasil de Fato*. Falta avançar no setor de internet (incluindo a renovação do acordo no UOL), e retomar a representação de assessoria de imprensa.

Atuação jurídica qualificada

O Departamento Jurídico do Sindicato tem mostrado plenas condições de atuar nos problemas enfrentados pelos jornalistas – os já “tradicionalis”, como pejotização e outras formas de negar o vínculo empregatício; e as “novidades”.

Assim, o nosso corpo de advogados se especializou para poder atuar em casos de recuperação judicial, como na Abril,

na Editora Três e na *Folha Metropolitana*. Quando a TV Record demitiu os grevistas do R7, nosso Jurídico formulou uma ação contra demissões discriminatórias, que está em curso; até aqui, a segunda instância confirmou uma indenização correspondente a cinco anos de salários para cada um dos trabalhadores.

O SJSP também construiu uma atuação vitoriosa junto aos jornalistas da Câmara Municipal de Guarulhos, que fizeram valer o seu direito à jornada especial de 5 horas semanais, que dá base para reivindicações de estatutários em outras cidades e poderes (ver página 14). E conquistou, com os jornalistas dos Correios, uma indenização pelo erro na sua jornada.

Outro exemplo é a ação civil pública, em curso, em favor de demitidos da Abril em 2020. A empresa usou a pandemia como desculpa para pagar apenas metade da multa do FGTS. A primeira instância decidiu que a empresa deve pagar a totalidade.

Defesa do jornalismo e do exercício profissional

O SJSP, em parceria com a Fenaj, buscou nestes três anos uma atuação de suporte a esses profissionais (incluindo idas a delegacias e reuniões com o comando do policiamento e a Secretaria de Segurança Pública), e organizou sistematicamente o plantão contra a violência, com presença física em várias manifestações e situações

potenciais de conflito. Em abril deste ano, ingressou com ação civil pública contra o presidente Jair Bolsonaro, por danos morais coletivos em função de seu assédio constante aos profissionais da imprensa.

O ponto alto desse combate foi o ato em defesa do jornalismo, contra as agressões do governo, na Faculdade de Direito da USP, com a presença de centenas de pessoas e importantes jornalistas e per-



**EM MEIO À PANDEMIA,
CONSEGUIMOS FAZER
DO SINDICATO UMA
FERRAMENTA EFETIVA DE
DEFESA DA CATEGORIA,
TANTO DO PONTO DE
VISTA SANITÁRIO, QUANTO
DO PONTO DE VISTA DAS
CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Na luta: acima à esquerda, decretação de estado de greve, na Rede TV!, contra o corte salarial; acima à direita, manifestação de demitidos da Editora Abril. Ao lado, em setembro de 2019, o Sindicato foi um dos organizadores do ato em defesa do jornalismo, contra as agressões do governo, na Faculdade de Direito da USP

sonalidades democráticas, em setembro de 2019.

Também organizamos a campanha contra a MP 905, que cassava nosso registro profissional, com atuação dirigida a parlamentares, às Câmaras Municipais, como em Santos, e realização de ato em frente ao Teatro Municipal.

Presença ao lado dos jornalistas

Em situações de conflito trabalhista, o Sindicato tenta se fazer presente agrupando os trabalhadores, debatendo coletivamente e democraticamente como reagir, negociando com os empregadores.

Nas Rede TV!, por exemplo, a decretação de estado de greve junto com os radialistas fez a empresa recuar de corte salarial (ela pretendia retirar as horas extras habituais que, lá, não estão registradas no contrato de trabalho). Outra marca é a atuação frente a demissões coletivas, em locais como a TTV, Gazeta, Loading e no DCI.

Combate à covid

No início de julho, os jornalistas de Sorocaba e São José do Rio Preto começaram a ser vacinados, após campanha organizada pelo SJSP e pela Fenaj. Mas esse foi apenas o passo mais recente.

Desde o início da pandemia, já em 17 de março de 2020, o Sindicato cobra das empresas uma série de medidas de segurança para prevenir o contágio, e teve atuação dirigida nos locais de trabalho onde houve denúncias de surto da doença, com reunião dos jornalistas, negociação com a empresa ou acionamento do MPT.

Defesa da Comunicação Pública

Em janeiro de 2019, começou a luta do Sindicato e dos jornalistas contra o projeto de destruição da Imprensa Oficial por parte do tucano João Doria (veja mais na página 15). O mesmo PSDB também nega reajuste salarial aos funcionários da RTV Cultura desde 2014.

O SJSP também participa ativamente da combate contra a censura imposta aos jornalistas da EBC e, agora, contra o Plano Nacional de Desestatização que ameaça a estatal, assim como os Correios, a Caixa, a Eletrobras. Participamos de articulações e mobilizações com parlamentares do Congresso Nacional e com companheiros do movimento sindical por meio da CUT. ■

PROCESSO ELEITORAL

© LAERTE/ILUSTRAÇÃO SINDICAL



CHAPA 1 – UNIDADE EM DEFESA D@S JORNALISTAS E DA DEMOCRACIA

*Este texto é de responsabilidade da Chapa 1, como definido em nosso estatuto.

N

ós, jornalistas, enfrentamos um dos momentos mais difíceis já experimentados por nossa categoria profissional. Há um ano e meio, desempenhamos uma tarefa que vem se mostrando fundamental para a sociedade brasileira, ao realizar cotidianamente — nas ruas, nos hospitais, ou junto à população — a cobertura de uma pandemia jamais vivida na história recente.

Nossa atividade é de alto risco: levantamento elaborado pelo Departamento de Saúde da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) afirma que pelo menos 155 profissionais morreram vítimas de covid-19 apenas em 2021. Infelizmente, o Brasil é o país com o maior número de profissionais mortos pela doença no mundo!

A pandemia acelerou a profunda crise econômica, política e social que já vinha abalando o Brasil nos últimos anos. Além dos indispensáveis cuidados sanitários para realizar nosso trabalho, ainda precisamos resistir diariamente aos ataques do governo Bolsonaro, que tenta cercear o trabalho jornalístico e é responsável por semear desinformação em sua deliberada e perversa omissão ao combate da crise sanitária.

Situação árdua, complexa, preocupante, mas que temos de enfrentar de maneira organizada, porque sabemos da importância do jornalismo para levar à população

informações relevantes, consistentes, bem apuradas. Exercemos com orgulho nossa profissão, e exigimos ser respeitados em nossa atividade profissional. Até porque temos testemunhado transformações em nosso ambiente de trabalho responsáveis por mais dúvidas do que certezas em relação à nossa profissão.

Enfrentamos a precarização das condições materiais, as demissões recorrentes e a piora nas relações de trabalho: durante a pandemia, boa parte de nossa categoria enfrentou reduções de salários. Uma perda do nosso poder aquisitivo que é agravada pela intransigência das empresas na recomposição de nossos vencimentos durante as campanhas salariais, diante de uma crise econômica que só faz agravar-se.

É por isso que temos certeza em afirmar: a existência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) nunca foi tão importante. A Chapa

1 - Unidade em Defesa d@s Jornalistas e da Democracia se apresenta às eleições como representante de nossa categoria, assumindo o compromisso de resistir diante de qualquer tipo de autoritarismo e defender incondicionalmente nossos direitos.

No SJSP, nosso processo eleitoral foi marcado por uma feliz coincidência: em 29 de maio, no mesmo dia que uma plenária virtual formalizou a Chapa 1, a classe trabalhadora retornou às ruas do país para gritar “Fora Bolsonaro” e repudiar sua política genocida e negacionista. Companheiras e companheiros da Chapa 1 se fizeram presentes nos atos convocados em diferentes cidades de São Paulo — e mais uma vez saíram às ruas quando das manifestações ainda maiores e mais numerosas do dia 19 de junho.

É com esse espírito de luta e de unidade que nos apresentamos a você, sindicalizado@, e pedimos seu voto de confiança



**NESTA GESTÃO,
CONSEGUIMOS AMPLIAR O
DIÁLOGO COM A CATEGORIA
E DESENVOLVER A AÇÃO
SINDICAL MESMO DURANTE
A PANDEMIA. AGORA, É
NECESSÁRIO APROFUNDAR
NOSSOS VÍNCULOS COM
@S JORNALISTAS**

para dar continuidade e aprofundar a luta por direitos e em defesa d@s jornalistas e do jornalismo. Na última gestão, conseguimos ampliar o diálogo com a categoria e desenvolver o trabalho de ação sindical mesmo durante a pandemia, realizando assembleias virtuais com centenas de jornalistas para enfrentar os programas de redução de salário e jornada (MP 936) e organizando as campanhas salariais.

Agora, é necessário aprofundar nossos vínculos com @s jornalistas, ampliando a sindicalização e oxigenando o funcionamento do Sindicato, para que uma nova geração de jornalistas possa se apropriar de sua entidade. Entendemos que o trabalho sindical deve se estender a tod@s, qualquer que seja a sua atual situação profissional: frilas, desempregados, MEIs etc.

Assim como a nossa política é baseada no amplo debate e na realização de assembleias para conduzir as campanhas

salariais e as grandes definições da vida da entidade, é preciso entender e enfrentar as novas realidades profissionais de maneira coletiva. Desse modo será possível manter um Sindicato representativo, forte, dotado de democracia interna – e, portanto, capaz de construir a resistência aos ataques patronais e às investidas dos governos neoliberais.

Juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Fenaj, continuaremos a unir forças e resistir aos ataques do governo Bolsonaro contra o trabalho d@s jornalistas e contra a liberdade de expressão, assim como às políticas de Paulo Guedes de destruição dos direitos da classe trabalhadora e de desmonte do serviço público – como na PEC 32 (“reforma administrativa”) e na tentativa de privatização da EBC.

Somos parte de um Sindicato combativo, cuja história mostra um compromisso com a democracia em nosso país e com os interesses sociais, com a forte marca da resistência à ditadura militar de 1964. Hoje, vivemos uma vez mais sob um governo militarizado, autoritário e que diariamente ataca os valores democráticos – incluindo o jornalismo. Contra a opressão do passado e as ameaças fascistas e ditatoriais do presente, lutamos pelo impeachment imediato do governo de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, responsável por incontáveis crimes de responsabilidade e pela morte de centenas de milhares de brasileiros.

Nos apresentamos à eleição nos dias 3 e 4 de agosto com a certeza de que o seu voto será responsável por fortalecer o SJSP e sua luta permanente em defesa de melhores salários, condições de trabalho e todos os direitos da nossa categoria, fazendo dele uma entidade ainda mais unida. Compareça às eleições, convide colegas e amig@s a se filiarem ao nosso Sindicato e participe de nossas atividades e lutas. Vote Chapa 1!

CHAPA 1 UNIDADE

EM DEFESA DOS JORNALISTAS E DA DEMOCRACIA
FENAJ CUT

CONHEÇA A CHAPA 1

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Thiago Tanji
Secretária-geral Cândida Vieira
Finanças e Administração Cláudio Soares
Interior Solange Santana
Comunicação e Cultura Eduardo Viné Boldt
Relações Sindicais e Sociais José Eduardo de Souza
Sindicalização Lílian Parise
Jurídica e de Assistência Larissa Gould
Formação Sindical e Profissional – Cristina Charão

DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues
Ana Maria Minadeo
Cláudia Tavares
Evany Sessa
Guilherme Balza
Joanne Mota
Laura Capriglione
Michele Barros
Paulo Zocchi
Pedro Pomar
Rafael Benaque
Sérgio Kalili
Solange Melendez

Corfep (Comissão de Registro e Fiscalização do Exercício Profissional)

Cadu Bazilevski
Roberto Parizotti
Sérgio Pais

CONSELHO FISCAL

Fabio Soares
José Augusto Camargo
Norian Segatto
Pedro Malavolta
Alexandre Linares

REGIONAIS

ABCD

Diretora Regional: Rossana Lana
Ana Valim
Peter Suzano
Vilma Amaro

BAURU

Diretora Regional: Camila Fernandes
André Freire
Ricardo Santana
Sérgio Borges
Tânia Brandão

CAMPINAS

Diretor Regional: Marcos Alves
Márcia Quintanilha
Reginaldo Cruz
Valério Paiva

PIRACICABA

Diretora Regional: Patrícia Sant'Ana
Adriana Ferezim
Gustavo Annunciatto
Martim Vieira
Paulo Roberto Botão

RIBEIRÃO PRETO

Diretor Regional: Sérgio Sampaio
Fabio Benedito
Fernando Braga
João Moreira
Márcia Rosseto
Marco Rogério Duarte
Raphael Cruz Pena

SANTOS

Diretor Regional: Sandro Thadeu
Carlos Norberto Souza
Daniela Origuela
Ernandes Caires de Sousa
Gustavo Miranda
Suely Torres

SOROCABA

Diretora Regional: Adriane Mendes
Fabiana Caramez
Pedro Courbassier

VALE DO PARAÍBA, LITORAL NORTE E MANTIQUEIRA

Diretora Regional: Rita Dell Aquila
Edvaldo Almeida
Fernanda Soares

PROCESSO ELEITORAL



© LAERTE/ILUSTRAÇÃO SINDICAL

Três anos de trabalho pela ética jornalística

Comissão de Ética (*)

A Comissão de Ética dos Jornalistas de São Paulo (CEJ), pelo seu próprio caráter estatutário, tem uma atuação eminentemente reativa, manifestando-se quando acionada frente a um desvio ou infração ao Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. E assim tem feito, analisando os inúmeros casos que são enviados por colegas jornalistas e cidadãos que ficam indignados com a má atuação de profissionais da imprensa.

A CEJ não averigua ou se pronuncia sobre casos não denunciados, ela apenas atua se provocada por qualquer cidadão que apresente a denúncia, a fundamentação e as evidências que justifiquem a abertura de um processo ético. Nesse triênio foram recebidas dezenas de denúncias, analisadas em sigilo para preservar o devido processo ético, com a escuta das partes envolvidas, deliberação e produção de pareceres que são encaminhados aos reclamantes, acionados e empresas envolvidas. Em caso de reclamações julgadas procedentes, as recomendações da CEJ vão de advertências à recomendação de desfiliação do jornalista sindicalizado.

Mas é possível contribuir ainda efetivamente para a valorização do jornalismo profissional de qualidade. Com essa linha de ação, a atual Comissão de Ética, cujo mandato se iniciou em 2018 e se encerra em agosto de 2021, tem procurado atuar também de uma forma mais explícita, trabalhando para a divulgação da ética jornalística, exercendo um papel pedagógico ao problematizar, via debate público, inúmeras questões que são fundamentais para toda a categoria e precisam ser discutidas.

Ao longo dos últimos três anos, a CEJ tem desenvolvido uma série de debates, além de um ciclo de *lives*, visando qualificar essas discussões. A principal delas diz respeito à proliferação de notícias falsas que dominam o noticiário de muitos veículos de comunicação e reverberam nas redes sociais ou nelas mesmas são produzidas.

Debates

No ano eleitoral de 2018 foi realizado no Auditório Vladimir Herzog o debate *Fake news e eleições: a ética dos jornalistas como instrumento de defesa da democracia*, reunindo como convidados a jornalista Evany Sessa, secretária jurídica e de Assistência do Sindicato dos Jornalistas, o cientista político Eduardo Viveiros de Freitas e o professor de Ética e Filosofia Humberto Pereira da

Silva. Naquele momento já se questionavam os perigos que ameaçavam a democracia brasileira com a possibilidade da eleição de Jair Bolsonaro. O então candidato havia demonstrado o pouco apreço pela nossa profissão e nenhum respeito pelo estado de direito – fatos que, infelizmente, foram cabalmente comprovados com sua eleição.

Ciclo de *lives*

A chegada da pandemia fez com que os debates, impedidos de serem presenciais, precisassem se reinventar. Foi quando a Comissão de Ética passou a promover uma série de *lives*, sempre tendo a ética profissional como principal motivo de discussão. A primeira delas foi *Ética jornalística e fake news*, com os integrantes da CEJ, mostrando que em tempos de notícias falsas e desinformação o jornalismo praticado com seriedade, rigor e respeito é cada vez mais indispensável.

Depois dessa experiência, que apresentou um bom resultado, a Comissão de Ética dos Jornalistas de São Paulo, com apoio logístico e político da diretoria do SJSP, fez uma parceria com a Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN/Unifesp), do câmpus de Osasco, para a realização do ciclo de *lives* *A Ética que queremos – diálogos sobre o jornalismo de hoje*. Foram seis encontros com jornalistas e pesquisadores que discutiram as mais variadas temáticas, como a formação, a precarização profissional, a desinformação, a opinião e a militância dentro do jornalismo. O evento aconteceu entre os meses de outubro e novembro do ano passado.

A primeira *live* foi sobre *Jornalismo: um diploma, uma profissão ou uma ética?*, que partiu da realidade de coletivos jornalísticos de e para a periferia, para discutir a questão da formação específica e o direito à comunicação. Como debatedoras tivemos Amanda Rahra, cofundadora do Énois – Laboratório de Jornalismo e a jornalista Bia Barbosa, que também é mestre em Políticas Públicas.

A segunda trouxe uma questão bastante cara a todos nós: *Cláusula de consciência: por que é necessária – e odiada pelas empresas*, com a participação do jornalista Fábio Venturini, integrante da comissão, professor da Unifesp e presidente da Associação dos Docentes da Unifesp, e da jornalista Priscilla Chandretti, diretora do SJSP, responsável pelas áreas de Comunicação e Cultura.

A PRECARIZAÇÃO E O RELAXAMENTO ÉTICO E PROCEDIMENTAL COSTUMAM ESTAR ASSOCIADOS. A LUTA COLETIVA E A SINDICALIZAÇÃO SÃO CAMINHOS PARA A RESISTÊNCIA

Ambos avaliaram que o instrumento da cláusula de consciência, presente no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que prevê a possibilidade de recusa de uma tarefa em desacordo com as convicções éticas do profissional, apesar de extremamente necessário é muito pouco utilizado.

Já a *Uberização do jornalismo versus a ética do coletivo*, tão presente nestes tempos pandêmicos, contou com os conhecimentos de Juarez Xavier, jornalista e professor de jornalismo da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), e de Marluce Zacariotti, jornalista e professora da Universidade Federal do Tocantins. Na discussão vimos que a precarização do trabalho jornalístico e o relaxamento ético e procedural costumam estar associados. Pontuou-se que a luta coletiva e a sindicalização são caminhos para a resistência.

O quarto encontro reuniu o jornalista

Rodrigo Ratier, integrante da comissão, professor de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero e colunista do UOL, e a jornalista Sheila Cristina Santos, professora da FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas. Ambos discutiram sobre *Ética e fake news: desafios da era da desinformação*. A desinformação foi apresentada dentro de um cenário de hiperinformação como uma questão estrutural e não contextual. Também foram discutidos os desafios éticos adicionais, que são colocados no atual contexto de descredibilização da mídia e que se impõe ao profissional.

Já o tema sobre *Jornalismo, opinião e militância: o que a ética tem a dizer?* foi debatido pelos jornalistas Renato Rovai, editor da Fórum, e Franklin Valverde, presidente da Comissão de Ética e professor visitante da Unifesp. Nessa *live* foram discutidas as fronteiras entre o jornalismo informativo e o opinativo, além da atuação do profissional jornalista em seus outros papéis sociais.

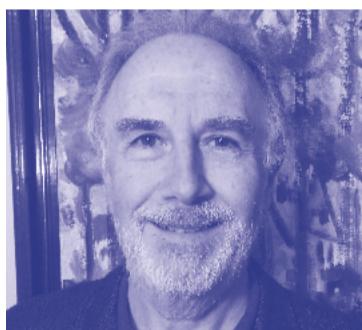
O ciclo *A Ética que queremos – diálogos sobre o jornalismo de hoje* foi encerrado com a *live* *A ética a serviço de um projeto de nação sustentável e menos desigual* com a participação dos jornalistas Joel Scala, integrante da comissão, diretor executivo do Observatório do Terceiro Setor, e Ricardo Alexino Ferreira, professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP) e diretor e apresentador do programa *Diversidade em Ciência*, apresentado na Rádio USP FM. Os jornalistas abordaram a indissociabilidade da dimensão ética na transformação social, apontando o jornalismo como indutor de mudanças e como agente da construção de uma sociedade sustentável, mais justa e igual. ■

(*) A Comissão de Ética dos Jornalistas de São Paulo é composta pelos jornalistas Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala, Rodrigo Ratier e Rose Nogueira.

PROCESSO ELEITORAL

Conheça os candidatos à Comissão de Ética

Cinco colegas se colocam à disposição da categoria para zelar por direitos fundamentais do cidadão: o de informar, o de ser informado e o de ter acesso à informação



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

ELIANE GONÇALVES

Em 1997, tive uma breve passagem pela *Veja*. Recém-formada, aprendi que pautas que não interessavam ao dono – como a emenda da reeleição à época – não eram pautas, e que na cobertura de direitos nem sempre o contexto vinha dos fatos. Foram alguns anos para nomear tais interdições como censura e, quando o fiz, assumi a bandeira da democratização da comunicação. Entrei na EBC, na tentativa de colaborar com um projeto de comunicação pública sob controle social, com autonomia dos poderes políticos e econômicos. Mas, em 2016, testemunhamos um momento de fratura na curta democracia brasileira para o qual contribuiu o mesmo tipo de interdição que vi décadas antes. É urgente para a Comissão de Ética se debruçar sobre nosso dever de combater a censura, lutar pela liberdade de expressão e pensamento, defender o estado democrático e os direitos e garantias individuais.

FÁBIO VENTURINI

Jornalista formado pela Universidade São Judas (1998), doutor em História pela PUC-SP, hoje sou professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e presidente da Associação dos Docentes (Adunifesp). Candidatei-me para a Comissão de Ética Jornalística porque esse ponto tem sido um dos mais sensíveis de nossa carreira. Depois de dilapidar o jornalismo na questão trabalhista, os empresários controlaram os critérios éticos com códigos corporativos e empresariais. Nas eleições de 2018, por exemplo, os patrões deliberadamente sonegaram informação sobre quem é Bolsonaro para que os fatos e a verdade não beneficiassem Haddad, com uma censura voluntária controlada pela chance do desemprego. Hoje, discutir ética jornalística é também colocar no centro do debate a cláusula de consciência como pilar de condições dignas de trabalho.

FRANKLIN VALVERDE

Jornalista, escritor e professor universitário, é graduado em Jornalismo pela PUC-SP, tem mestrado em Literatura Hispano-americana pela FFLCH-USP e doutorado em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Trabalhou no *Estadão*, *Folha*, Abril e Ed. Globo, foi editor das revistas *Churrasco & Churrascarias*, *Viva Gourmet* e *K – Jornal de Crítica*. Teve programas radiofônicos nas emissoras Brasil 2000 FM, Cultura FM e Trianon AM e foi apresentador no Canal Universitário. Atualmente é co-apresentador do programa *Brasil Cidadão* na Brasil Atual FM e professor-visitante na Unifesp, no Departamento de Comunicação Institucional. Foi diretor do Sindicato dos Jornalistas (2003-09) e é o atual presidente da Comissão de Ética estadual, na qual tem o compromisso e o trabalho de combate às fake news, além da defesa da livre manifestação do pensamento das/dos jornalistas.

JOEL SCALA

É diretor do Observatório do Terceiro Setor (o Observatório do Terceiro Setor é uma agência brasileira de conteúdo multimídia com foco nas temáticas sociais e nos direitos humanos. Reúne plataformas de TV, de rádio e digitais para divulgar as boas práticas das organizações da sociedade civil) – e atualmente faz parte da Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

Com quarenta anos de carreira e especialização em Marketing Institucional, ele foi repórter das rádios Globo e Capital (SP), das TVs Tupi (SP), Bandeirantes (SP) e Capital (DF); apresentador dos programas *Perspectiva*, na rádio USP FM (SP), e *Falando em Saúde*, na Alltv. Também foi chefe de redação da TV Gazeta (SP) e editor de texto da TV Record (SP).

RODRIGO RATIER

Integrante da Comissão de Ética no triênio 2018-2021, é candidato a um novo mandato. Jornalista com 23 anos de carreira, doutor em Educação pela USP com período sanduíche na Université Lumière Lyon 2, na França. É professor do curso de jornalismo na Faculdade Cásper Líbero, onde supervisora o laboratório digital *Esquinas* e atua como vice-coordenador da graduação. É colunista de educação do UOL, coordenador do blog *Entendendo Bolsonaro* (também do UOL) e idealizador e gestor do curso online contra notícias falsas *Vaza, Falsiane*, vencedor do 35º Prêmio de Direitos Humanos em Jornalismo da OAB/RS, em 2018. Foi repórter na revista *Galileu*, atuou como editor nas revistas *Mundo Estranho* e *Superinteressante* e editor-executivo em *Nova Escola* (impressa e site). Foi indicado ou vencedor em 27 prêmios jornalísticos, incluindo Prêmio Esso, Prêmio Vladimir Herzog e Prêmio Malofiej.

Nos dias 3 e 4 de agosto, além de eleger a próxima diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, os filiados vão decidir a composição da Comissão de Ética que atuará pelos próximos três anos.

A função estatutária dessa Comissão é a de zelar pelo cumprimento do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o qual foi debatido, construído e decidido pelos próprios profissionais, em Congresso Nacional dos Jornalistas organizado pela Fenaj. A Comissão faz isso por meio de apuração, apreciação e julgamento de denúncias de transgressões a este Código ocorridas no estado de São Paulo, que podem ser apresentadas por escrito por qualquer pessoa física ou jurídica, mediante identificação.

A Comissão pode também assumir a tarefa política de patrocinar debates na nossa categoria sobre, por exemplo, como as condições de trabalho impactam a garantia da ética profissional, a atualidade dos artigos definidos no Código, e outros assuntos.

A Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas é composta por cinco associados e funciona de forma autônoma, não estando subordinada a qualquer instância da entidade, com exceção da Assembleia Geral.

Na eleição, o filiado vota nos candidatos individualmente, podendo escolher até cinco nomes. Conheça abaixo cada um dos jornalistas que se inscreveram para a Comissão de Ética. Os textos são de responsabilidade dos próprios candidatos.

Decisão no STF: jornada especial para jornalista estatutário e irredutibilidade salarial

Ministra acolheu argumentos do Sindicato em ação contra a Câmara de Guarulhos. Decisão tem reflexos em outros locais

Por Priscilla Chandretti

Um projeto de lei na Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna, aprovado no dia 29 de junho de 2021, corrigiu a jornada do cargo de Assessor de Imprensa de sua estrutura interna. Com isso, os vereadores reconheceram que os jornalistas profissionais concursados na Casa têm direito à jornada especial de 5 horas diárias estabelecida no Decreto-Lei 83.284/1979, o qual regulamenta a nossa profissão. Como se trata de uma adequação à legislação nacional, a remuneração ficará inalterada.

Pedro Courbassier, diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e servidor da Câmara, conta: “Com assessoria do Jurídico do Sindicato, fizemos uma petição à Câmara. A Casa, então, aprovou este projeto”. A lei depende de publicação no *Diário Oficial*.

A reivindicação dirigida à Câmara de Ibiúna é a mesma que o SJSP tem adotado em outros poderes públicos, a partir de reuniões com os servidores de cada local, desde que decisão monocrática da ministra Cármen Lúcia, em fevereiro deste ano, deu ganho de causa a uma ação coletiva movida pelo Sindicato em nome dos jornalistas da Câmara Municipal de Guarulhos.

Batalha em Guarulhos

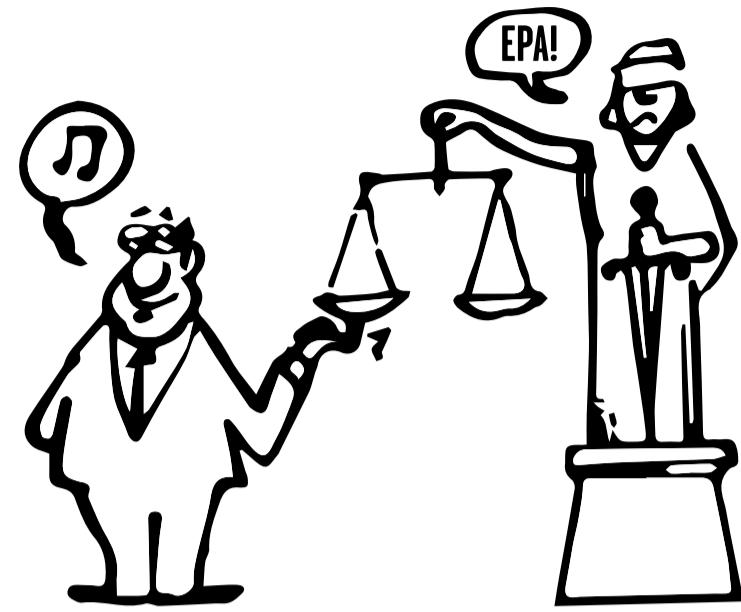
Desde 2012, quando um concurso público admitiu novos 22 jornalistas no Poder Legislativo municipal de Guarulhos, foram várias tentativas de negociar com a administração. A mais recente foi em 2017. Frente a uma negativa, os profissionais não viram alternativa senão buscar o Judiciário.

Certos da justeza de sua reivindicação e de não estarem pedindo nada mais do que a lei já reconhecia, os jornalistas enfrentaram uma batalha no local de trabalho. Sob ameaças, assédio moral e uma campanha difamatória na mídia local, os colegas se reuniram em assembleia com o Sindicato, e decidiram continuar firmes e manter o

processo, numa decisão corajosa.

Em 2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu por unanimidade: “a jornada de trabalho de 25 horas semanais deve ser aplicada a todos os profissionais da área, independentemente do vínculo mantido na prestação de serviços, seja ele da iniciativa privada ou do Poder público” (trecho do acórdão). O entendimento foi de que a lei municipal, ao definir os cargos jornalísticos na Câmara, não poderia conflitar com as leis nacionais que regulamentam a profissão de jornalista, por força do artigo 22 da Constituição Federal a respeito das competências da União para legislar.

Mas nos embargos de declaração sobre o acórdão do TJSP, a municipalidade de Guarulhos conseguiu passar o entendimento de que os salários deveriam ser reduzidos proporcionalmente – o que é inconstitucional. O Supremo Tribunal Federal acumula decisões que reforçam a irredutibilidade



© LAERTE/ILUSTRAÇÃO SINDICAL

salarial desde o início dos anos 2000. Não obstante, amparada pelo TJ, a Câmara passou meses pagando 62,5% dos salários, até a publicação da decisão do Supremo.

O que significa a decisão do STF

A ação coletiva está em seus estágios finais. Em maio, a Segunda Turma do STF rejeitou, por unanimidade, um agravo regimental do Município. Se o julgamento for concluído no sentido apontado pela decisão em vigor, passará a ser inequívoco o entendimento de que as legislações municipais ou estaduais, ao estabelecerem os cargos jornalísticos que servem aos diversos poderes públicos, não podem definir jornadas em desacordo com a legislação nacional, a qual define o limite diário de 5 horas. Adequações de horários nesse sentido não poderão vir acompanhadas de redução salarial, ação inconstitucional – e também injusta, pois aqui estamos falando da correção de um erro, da restituição de um direito já conquistado desses profissionais.

“A decisão do STF em favor dos jornalistas é um importante precedente da mais alta corte do país para que os jornalistas de entidades públicas possam reivindicar a adequação de sua jornada para 5 horas diárias”, avalia Raphael Maia, coordenador jurídico do SJSP.

Novos pleitos

O Departamento Jurídico do Sindicato está organizado para requerer que os demais poderes empregadores de jornalistas estatutários no Estado respeitem o decreto-lei e ajustem a jornada. Desde fevereiro, tem realizado reuniões e consultas para, junto com os profissionais, traçar a melhor estratégia em cada caso (por negociação administrativa, ou por meio judicial).

O direito deve ser garantido a qualquer função de natureza jornalística – jornalistas, assessores de imprensa, redatores, repórteres fotográfico ou cinematográficos, etc. Nos casos em que tal natureza não transpareça no nome do cargo, o que vale, na opinião do SJSP, é a função desempenhada na prática, mas pode ser necessário provar tal situação.

Reuniões podem ser agendadas pelo telefone (11) 99180-1170 ou pelo email assessoriajuridica@sjsp.org.br

Priscilla Chandretti é jornalista na Câmara Municipal de Guarulhos e diretora do SJSP

#CANCELAPEC32

Tramita em marcha acelerada no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional 32, chamada de Reforma Administrativa. Os editoriais das principais empresas de comunicação apresentam essa PEC como a salvação da lavoura frente à crise econômica aprofundada pela pandemia. Mas ela, na verdade, prevê acabar com os serviços públicos como nós os conhecemos.

João Batista Gomes, dirigente da CUT Nacional e do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo, explica por que essa é uma luta do conjunto dos trabalhadores. “Hoje nós temos o SUS estruturado, temos uma rede de educação pública que vai da educação infantil às universidades. Bolsonaro quer acabar com esse modelo, criando os vouchers nas áreas da educação e saúde. Você vai receber um cartão, o governo vai pagar à instituição privada, e o SUS, sua estrutura física, serão abandonados. É uma falcatrua. No caso dos institutos de pesquisa, das universidades, e mesmo da segurança pública, eles preveem a terceirização.”

“Paulo Guedes se baseia no ‘modelo chileno’, no qual o Estado não tem que administrar nada em relação aos direitos sociais. Mas nós estamos olhando para o povo chileno, que em profunda mobilização social conquistou uma Assembleia Constituinte justamente para buscar revertêr a lógica de privatização à qual o país está submetido desde a ditadura Pinochet. A luta contra a PEC 32 se insere nas manifestações que gritam Fora Bolsonaro”, avalia João.

A Reforma Administrativa também atinge diretamente os jornalistas que atuam no setor estatal, com o congelamento das carreiras, o fim da estabilidade e a progressiva substituição de servidores concursados, qualificados, por indicados de políticos.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA



“Só queremos trabalhar”: no dia 3 de junho, demitidos expressaram indignação e pararam por minutos o trânsito na Rua da Mooca, em frente à empresa

Imprensa Oficial demite mais de 150 trabalhadores

Luta pela readmissão dos funcionários, entre os quais 12 jornalistas, é também uma defesa do patrimônio público

Por Cláudio Soares

As mensagens por WhatsApp, telegrama ou email começaram a chegar, no dia 2 de junho, com uma surpresa desagradável: demissão. Foi dessa forma truculenta que a Imprensa Oficial do Estado (Imesp) encaminhou a dispensa sumária, e sem comunicação prévia aos sindicatos, de mais de 150 trabalhadores, funcionários de carreira concursados. Os demitidos são, em sua maioria, gráficos.

O método de aviso desrespeitoso foi o ápice de um processo de destruição de um patrimônio público histórico e de ataques aos direitos dos trabalhadores, patrocínados pelo governo de João Doria (PSDB). O governador, que fez um demagógico apelo aos empresários para que não demitem seus funcionários durante a pandemia, não hesita em jogar na rua os empregados da estatal.

Há trabalhadores que estão em tratamento de saúde ou têm familiares nessa situação, inclusive em razão da covid. Uma jornalista, ao mesmo tempo em que recebia o aviso de demissão, teve confirmado um diagnóstico de câncer de mama. A Imesp não aceitou discutir o cancelamento de sua dispensa, nem mesmo nessa situação.

Burla à lei

O primeiro projeto de Doria enviado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), em 2019, previa a extinção de seis empresas públicas, entre as quais a Imesp. Houve uma mobilização contrária de funcionários das estatais e pressão sobre os deputados, que resultaram em mudanças da proposta original. No caso específico da Imesp, a lei aprovada (17.056/19) determinou a incorporação à Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp).

Depois disso, houve um Programa de Desligamento Incentivado (PDI), por

meio do qual 223 dos aproximadamente 600 funcionários de carreira saíram da Imesp. Uma redução de 37% do quadro funcional. Nos termos da lei aprovada, as atividades da empresa, tais como a edição do *Diário Oficial* e a impressão de materiais gráficos para o Estado, deveriam ser incorporadas à Prodesp, bem como os funcionários remanescentes. O que o governo Doria faz é, de fato, extinguir a Imesp, burlando a lei.

A justificativa para as demissões é a extinção da gráfica, montada ao longo de décadas e considerada de excelência, e do setor de Conteúdo Editorial, responsável até 2018 por matérias jornalísticas sobre a atuação do Estado, publicadas no *Diário Oficial*. Entre os demitidos, 12 são jornalistas. Eles divulgaram uma carta aberta (<https://bitlyli.com/iFTln>) na qual denunciam o desmonte da Imprensa Oficial.

O fim de uma gráfica do Estado terá como consequência o favorecimento de empresas particulares. Isso já ocorreu com o material didático destinado às escolas da rede estadual. Até 2020, a Imesp editava e imprimia de forma exemplar esse material, distribuindo-o por todo o Estado. Neste ano, absteve-se de participar da licitação promovida pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e o trabalho foi destinado à iniciativa privada, que cobrou valor bem superior ao praticado pela estatal.

Manifestações

Num clima de revolta, os funcionários começaram a se organizar e convocaram uma manifestação em frente à empresa, no dia 3 de junho, com faixas e equipamento de som levados pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP). Portando cartazes e expressando indignação diante das demissões e da forma como foram encaminhadas, os

trabalhadores chegaram a parar, por minutos, o trânsito na Rua da Mooca, onde se situa a Imesp.

Ao final da manifestação, foi eleita uma comissão de funcionários para desenvolver a mobilização pela readmissão, junto com os sindicatos que representam os trabalhadores (Jornalistas, Gráficos e Administrativos). As entidades haviam solicitado uma reunião de emergência

FIM DA GRÁFICA DO ESTADO FAVORECERÁ EMPRESAS PARTICULARES, COMO JÁ OCORREU NESTE ANO COM A IMPRESSÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DESTINADO ÀS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL

com a empresa, que foi realizada no dia seguinte, com a presença de integrantes da assessoria da Imesp, sem nenhum diretor. Os representantes patronais limitaram-se a repetir os argumentos contidos nas cartas de demissão: os setores extintos não são mais adequados ou viáveis, “diante do conceito de gestão digital adotado pela Prodesp”.

Os sindicatos, além de protestarem pela falta de discussão prévia sobre as dispensas em massa, apresentaram duas reivindicações: cancelamento das demissões até o fim da pandemia ou o fim da vacinação; e acesso ao estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) que teria embasado a decisão de extinção dos setores. A empresa não respondeu às demandas.

Esse estudo da Fipe, aliás, está sob suspeição. Foi encomendado em 2019 – sem licitação pública – pelo valor de R\$ 8,99 milhões. O Ministério Público de São Paulo apresentou denúncia criminal porque enxergou em sua contratação indícios de crime de corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de influência. E é o documento utilizado como base para a demissão de mais de 150 pais e mães de família.

A mobilização prosseguiu com um ato na porta da Alesp, em 8 de junho, com faixas, cartazes e carro de som. A partir de intermediação do deputado estadual José Américo (PT), uma comissão de quatro representantes dos trabalhadores foi conversar com o líder de Doria na Assembleia, Vinícius Camarinha (PSB), que se comprometeu a levar ao governo a demanda apresentada: suspensão das demissões até dezembro, a fim de que a empresa e os trabalhadores, por meio de seus sindicatos representativos, pudessem negociar o reaproveitamento ou a realocação dos empregados. Mais uma vez, o governo não respondeu à reivindicação.

No âmbito judicial, os sindicatos ingressaram com ação civil pública solicitando o cancelamento das demissões, com a reintegração dos funcionários, e o pagamento de uma indenização por dano moral. Ao mesmo tempo, os trabalhadores mantêm o movimento, dirigindo-se aos deputados estaduais, para que se manifestem a respeito e somem-se à exigência de que o governo anule as demissões. ■

Cláudio Soares é diretor do SJSP e editor na Imprensa Oficial desde 1995.

SINDICAL

© LAERTE/ILUSTRAÇÃO SINDICAL



Após 17 anos, Sindicato encerra dívida criada com plano de saúde

Pagamento de credores do chamado PSS, que vigorou de 2000 a 2003, comprometeu seriamente as atividades sindicais regulares desde então

por Paulo Zocchi

Em 31 de julho próximo, o nosso Sindicato paga a última parcela de R\$ 10 mil referente às dívidas deixadas pelo plano de saúde vigente em nossa entidade de 1º de janeiro de 2000 a 30 de outubro de 2003 – o PSS (Programa de Saúde do Sindicato). Foram mais de 17 anos pagando diversos credores, em soma que, se estima, superou os R\$ 10 milhões (em valores atualizados), o que comprometeu seriamente as atividades sindicais regulares desde então. Essa última parcela é referente a uma pendência com o INSS, que, no estrangulamento financeiro vivido pela entidade ao final do plano, também deixou de ser pago.

Os problemas derivados dessa herança não estão totalmente resolvidos, pois ainda correm ações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) contra o Sindicato. Mas a entidade já conseguiu encerrar várias delas, e tudo indica que, no futuro, o mesmo se repetirá, como está explicado nesta matéria.

Vigência e encerramento do PSS

Nos anos 1990, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo intermediava um plano de saúde com a Unimed para algumas centenas de sindicalizados. Em 1999, essa relação passou para a Unimed Paulistana. Ainda naquele ano, a diretoria do Sindicato, em final de gestão,

decidiu propor uma mudança profunda a ser iniciada em janeiro de 2000.

Pela proposta, aprovada por maioria em assembleia em dezembro de 2019, a mensalidade do Sindicato passaria de R\$ 12 para R\$ 45 (aumento de 3,75 vezes!), dando a todos os associados o acesso a um plano de saúde. Para quem não quisesse ou já tivesse plano (individualmente ou via empregador), o argumento da diretoria do Sindicato era o da “solidariedade”: a mensalidade de cada um financiaria o plano de saúde dos demais associados.

De imediato, houve uma consequência catastrófica, de longo prazo: uma desfiliação maciça de jornalistas nas redações, que já possuíam plano de saúde como parte da relação de trabalho, e que não concordavam com um aumento de 275% na mensalidade do Sindicato de um mês para outro.

Isso aprofundaria o fosso entre o Sindicato e os jornalistas empregados nas empresas de comunicação, principal base sindical em termos de agrupamento e de tamanho, onde existem as convenções coletivas (jornais, revistas, rádio e TV) que estabelecem os principais direitos da categoria no Estado, como piso salarial. Mesmo quando, depois, as mensalidades voltaram a um valor menor, a sindicalização nas empresas persistiu baixa.

A discussão em torno do PSS esteve no centro das eleições sindicais realizadas em abril de 2000, opondo chapas de si-

UM ENORME ERRO: NOSSA ENTIDADE NÃO PODERIA QUERER SUPRIR DIRETAMENTE PARA A CATEGORIA UMA FUNÇÃO DE ESTADO, COMO A SAÚDE, SEM COMPROMETER A SUA PRÓPRIA EXISTÊNCIA

tuação e de oposição. A oposição, que o autor deste texto integrava, contestava a “obrigatoriedade” do plano para todos os sindicalizados e o aumento de mensalidade decorrente, alertando para o risco de “colapso financeiro” da entidade. As eleições foram vencidas pela situação.

Houve grande mudança quatro semanas após o processo eleitoral: o contrato com a Unimed Paulistana foi encerrado, passando o PSS a funcionar com estrutura de autogestão. O Sindicato tornou-se “operador” de plano de saúde credenciado na ANS. Com isso, a entidade passou a ter relação direta com hospitais, laboratórios e médicos. A principal parceira do Sindicato nessa área passou a ser a Abet, Associação Beneficente dos Empregados em Telecomunicações.

Em 2000, a receita total do Sindicato somou R\$ 4,08 milhões, e os gastos, R\$ 5,53 milhões, com déficit de R\$ 1,45 milhão. Os gastos com a rubrica “despesas médicas”, isoladamente, totalizaram R\$ 3,46 milhões. Os números falam por si. Em 2001, várias mudanças foram feitas, com o objetivo de tentar reduzir o endividamento. No ano seguinte, a Abet assumiu a administração do plano.

Endividamento profundo

O PSS foi encerrado, em outubro de 2003, com o Sindicato estrangulado financeiramente. Houve grave dano por vários anos a todas as atividades essenciais da entidade, como o trabalho sindical regular (campanhas salariais, por exemplo, têm custos com assessoria econômica e jurídica, comunicação e mobilização). Faltou dinheiro para o cumprimento de obrigações legais básicas (como o pagamento de INSS dos funcionários), bem como para manter a contribuição com as entidades às quais o Sindicato é ligado, como Fenaj e CUT.

A gestão da entidade passou a ser determinada pela dívida com os múltiplos credores. Com o principal deles, a Abet, negociou-se um pagamento parcelado por 15 anos. Ao final, em setembro de 2019, os pagamentos em valores atualizados superaram os R\$ 7 milhões.

O problema que persiste relaciona-se à ANS. Para gerir o plano, o Sindicato credenciou-se como operador de planos de saúde, tendo como “produto” o PSS. Ao final do plano, a ANS aceitou encerrar a existência do produto, mas não o descredenciamento do Sindicato, pois havia pendências legais com credores e usuários. Em 2008, a ANS adotou uma regra geral para qualquer operador: a entrega de relatórios trimestrais sobre suas atividades, assinados por responsáveis médicos. O Sindicato já não tinha mais estrutura voltada para o problema; nem teria como emitir os relatórios. Resultado: passou a receber multas elevadas, que viravam processos administrativos e, ao final, ações judiciais de cobrança.

Em alguns anos, essas multas somaram

milhões de reais. O Jurídico do Sindicato contratou um advogado tributarista em 2012 para atuar na questão. Em 2013 (dez anos depois do fim do plano!!), conseguimos encerrar na ANS o registro do Sindicato como “operador”, e passamos a defender a anulação de todas as multas, provando que desde o final de 2003 não houve mais atividades.

Já tivemos sucesso em anular cerca de 2/3 das multas. A lógica indica que as que faltam devem seguir o mesmo caminho – mas elas ainda nos ameaçam, num montante próximo de R\$ 2 milhões.

Rápido balanço

Uma auditoria feita no Sindicato em 2016 mostrou que, em agosto daquele ano, o Sindicato ainda devia R\$ 838 mil à Abet, o que custava R\$ 36 mil mensais à entidade. Naquele momento, uma discussão interna mostrou uma opinião unânime: o conjunto das(os) diretora(s) (incluindo os que estavam na diretoria à época do PSS) concordava que foi um enorme erro a montagem do PSS com o Sindicato como gestor, fazendo-o contrair compromissos financeiros com o atendimento à saúde e tornando-o “operador” credenciado na ANS. Com essas decisões, o Sindicato havia se desviado de suas funções essenciais – a defesa dos interesses da categoria nos embates ligados às relações de trabalho, aos direitos trabalhistas e sociais, ao exercício profissional e em sua luta pela democracia e pela liberdade de imprensa.

O Sindicato não poderia querer suprir diretamente para a categoria uma função de Estado, como a saúde, sem comprometer a sua própria existência. Sob a pandemia, a importância do SUS ficou patente.

Decidiu-se então que, na questão de planos de saúde, o Sindicato pode abrir espaço para a organização de um coletivo de jornalistas que busque acesso a planos por um preço melhor, mas sem nenhum compromisso que envolva os recursos da entidade. É o que é feito hoje.

Com o PSS, tivemos uma difícil experiência, a um custo alto. Mas pudemos tirar como lição a importância da construção de uma entidade classista, que se apoie diretamente na vontade dos jornalistas, adotando uma gestão comprometida com o equilíbrio financeiro, canalizando os seus recursos para a defesa dos interesses gerais da categoria. É isso o que fez o nosso Sindicato enfrentar a difícil situação aberta desde 2017, com a reforma trabalhista, cortando gastos e buscando o equilíbrio financeiro como ponto chave da gestão. Com base nisso, pudemos ter uma atuação importante para a categoria em meio à pandemia, reforçando o nosso quadro de sindicalizados.

Persiste, para a próxima gestão, o desafio de avançar ainda mais na sindicalização dos jornalistas, tornando o Sindicato presente na vida do conjunto dos jornalistas de São Paulo.

MEMÓRIA

Luiz Eduardo Merlino, presente!

Há 50 anos, o aparato criminoso dos porões da ditadura cometeu um de seus crimes mais atrozes: torturou e assassinou um jornalista de 23 anos

por Décio Trujilo

Em 19 de julho de 1971, três carrascos do regime, um deles o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, tomaram a decisão de deixar agonizar até a morte o jornalista Luiz Eduardo Merlino, depois de quatro dias de suplícios no Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) na Rua Tutoia, em São Paulo. Ele tinha 23 anos.

Luiz Eduardo mudou-se para São Paulo em 1966, aos 17 anos, e logo começou a trabalhar como repórter no *Jornal da Tarde*. Ingressou no curso de História da USP e passou a atuar no movimento estudantil, onde conheceu Angela Mendes de Almeida, que se tornaria sua companheira. Em 1968, já na *Folha da Tarde*, cobriu o Congresso da UNE, em Ibiúna, no interior paulista.

No final de 1970, os dois, quadros do Partido Operário Comunista (POC), viajaram para a França para integrar-se à 4ª Internacional Socialista. Em meados do ano seguinte, ele voltou ao Brasil. Apenas quatro dias após sua chegada, foi preso em Santos por agentes do DOI-Codi na casa de sua mãe, Iracema Rocha Merlino. A irmã Regina Merlino Dias de Almeida testemunhou.

Luiz Eduardo foi levado para o DOI-Codi. Depoimentos à Comissão da Verdade de São Paulo de militantes presos no período dão a noção dos padrões de crueldade e desumanidade dos carrascos da ditadura, e permitem traçar a linha do tempo das últimas 48 horas de vida do jornalista.

Entre 17 e 18 de julho, Merlino foi submetido à tortura quase que ininterruptamente. A maior parte do tempo, esteve no pau de arara. Os espancamentos causaram sangramento por uma grande ferida numa das pernas. Era o início de um processo de gangrena. Mas as agressões e choques elétricos não foram interrompidos e variaram a noite inteira.



O silêncio de Merlino, que se negava a delatar, aumentava a fúria dos agressores, que intensificavam a violência. Tudo era comandado pelo então major Ustra. Pela manhã, o jornalista foi abandonado numa cela sem atendimento médico. Suas pernas começaram a adormecer e ficar azuladas. Partes do corpo estavam em carne viva, ele já não conseguia se levantar ou andar. Ainda assim, foi submetido a novo interrogatório. Seu estado de saúde piorou, a dormência se espalhou pelos braços.

À noite, decidiram tirá-lo dali. Foi colocado no porta-malas de um carro, como um sequestrado, e levado ao Hospital Militar, no Cambuci. Pela manhã, os médicos constataram a necessidade de amputação das pernas ou ele não sobreviveria. Três militares discutiram a questão e foi tomada a decisão de deixar que morresse. Ustra deu o voto de Minerva.

A família só foi comunicada dois dias depois, mas não encontrava o corpo. No Instituto Médico-Legal, negaram que estivesse ali. Era mentira. Adalberto Dias de Almeida, marido de Regina, que era delegado de polícia, conseguiu entrar e encontrou o cadáver do cunhado sem identificação. Ele foi sepultado em Santos num caixão lacrado.

A versão oficial dizia que Merlino fora atropelado na rodovia Regis Bittencourt ao atirar-se do carro que o levava para o Rio Grande do Sul. Os médicos Isaac

Abramovic e Abeylard de Queiroz Orsini atestaram que Luiz Eduardo morreu devido a anemia aguda traumática provocada pela ruptura da artéria ilíaca direita. No laudo, os legistas deixaram em branco o item onde deveria constar se houve violência contra o morto.

Começaria a luta, que dura 50 anos e ainda não foi concluída, de Iracema, mãe; Regina, irmã; e Angela, companheira; para obrigar o Estado a assumir a culpa. Já nos anos de 1970, Iracema pediu a admissão do assassinato sob tortura e a culpabilização dos assassinos, mas somente nos anos 1990 a real causa da morte de Merlino foi tornada pública. A pedido da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, os médicos Antenor Chicarino e Dolmevil França de Carvalho Filho afirmaram, a partir da fotografia anexada ao laudo necrológico, que o jornalista apresentava manchas compatíveis com as causadas por tortura.

Uma quarta mulher integraria os esforços da família a partir dos anos 1980. A jornalista e sobrinha de Luiz Eduardo, Tatiana Merlino, filha de Regina e Adalberto, conviveu com a imagem do tio desde a infância, mas foi na adolescência que conheceu toda a história. Começou então a acompanhar Iracema em reuniões e audiências. Hoje, conta que passou a conviver também com o trauma e o medo da avó. “Ela dizia que ‘eles’ estão por aí, continu-

COMO A FAMÍLIA DE MERLINO, SEGUIMOS COBRANDO APURAÇÃO E PUNIÇÃO DESTE E TODOS OS CRIMES DA DITADURA

am por aí, referindo-se aos assassinos.”

Dentro de casa, o tema esteve sempre presente, mas tratado com cuidado. “Era muito difícil falar sobre a violência que meu tio sofreu”, conta Tatiana. “Nunca falamos sobre o estado do corpo, por exemplo.” Até morrer, em 1995, Iracema trocava diariamente a flor que mantinha ao lado do retrato do filho na sala de casa. “Para nós, foi uma grande amargura ela morrer sem ver o desfecho da luta da sua vida.”

A história de Merlino inspirou Tatiana a abraçar o jornalismo. Ela está convencida de que a não punição dos agentes da ditadura está na raiz de comportamentos cada vez mais comuns das forças policiais de hoje. “Isso nos estimula a continuar na luta pela verdade.”

Também por isso, a família nunca desistiu. Em 2008, Regina e Angela moveram ação civil contra Ustra e sua equipe. Mas o militar conseguiu extinguir o processo na Justiça em 2010. As duas reivindicaram então indenização por danos morais e conseguiram a condenação. No entanto, em outubro de 2018, já depois da morte de Ustra, a Justiça arquivou o processo por prescrição.

Em 2018 haveria mais uma derrota. O Tribunal Regional Federal de São Paulo usou a Lei da Anistia para rejeitar o recurso do Ministério Públíco Federal (MPF) em outro processo, que pedia a condenação do médico Abeylard de Queiroz Orsini, pelo laudo necroscópico falso, e dos policiais Aparecido Laertes Calandra e Dirceu Gravina, por participação na morte de Merlino. Hoje, dois recursos propostos pelo MPF esperam manifestação do Supremo Tribunal Federal.

Nos últimos anos, o MP tem alterado o atestado de óbito das vítimas da tortura fazendo constar que houve “morte não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto de perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora”. Para Tatiana, apesar de pouco, é uma vitória importante. “É o reconhecimento do Estado de que essas pessoas foram mortas sob sua responsabilidade. Uma conquista no que se refere ao restabelecimento da memória, verdade e justiça no país.”

BOLETIM

RESENHA

Jornalistas já são prioridade em Sorocaba e Rio Preto

Em Sorocaba e em São José do Rio Preto, os jornalistas já podem se vacinar com prioridade. A reivindicação do Sindicato e a pressão da categoria garantiram a inclusão dos profissionais de imprensa para vacinação conforme disponibilidade das doses restantes, a xepa, nos dois municípios. Em Sorocaba, os jornalistas devem preencher um cadastro. Em Rio Preto, a vacina será disponibilizada aos profissionais conforme lista fornecida pelas empresas.

• <https://bit.ly/3qFNFT> e <https://bit.ly/3xd50FN>

SJSP cobra apuração de atentado

No caso do jornalista José Antônio Arantes, que teve sua residência e a redação em que trabalha incendiada em março deste ano, o SJSP reuniu-se com a Secretaria de Segurança do estado e pediu celeridade nas investigações. O Sindicato esteve acompanhado pelo deputado estadual José Américo (PT), jornalista filiado ao SJSP, que acompanha o caso desde o início e tem dado seu apoio à ação da entidade nesta questão.

• <https://bit.ly/3x59Y7P>

Bolsonaro segue atacando a imprensa

Em Guaratinguetá (SP), o presidente Jair Bolsonaro retirou a máscara enquanto gritava a pequena distância com a jornalista Laurene Santos, expondo devidamente a profissional e o repórter cinematográfico André Bias ao risco de contágio de covid-19.

A jornalista Daniela Lima, da CNN, foi mais uma vítima do ataque de Bolsonaro. Uma campanha de difamação nas redes sociais, provocada por apoiadores do presidente, distorceu a fala da jornalista.

Em ambos os casos, o Sindicato e a Fenaj repudiam as atitudes brutais e misóginas do presidente, e se colocaram à disposição das colegas para medidas necessárias.

• <https://bit.ly/3vMxWmw> e <https://bit.ly/3wRGnOp>

Campanha salarial de jornais e revistas

No interior, a categoria rejeitou por unanimidade a proposta patronal de reajuste zero e manutenção das demais cláusulas. Manteve-se a reivindicação de reajuste pela inflação (8,9%), mais 3% de aumento real nos salários e demais cláusulas econômicas. Para o Vale Refeição/Alimentação, o pleito é pelo reajuste pela inflação mais 10% de aumento real.

• <https://bit.ly/3q1QXQQ>

Distopia de Bernardo Carvalho não tem futuro

por João Marques

Chico Buarque chorou em recente entrevista à Regina Zappa, na TV 247; junto com Hildegard Angel, eles falaram da estilista Zuzu Angel e de sua busca pelo corpo do filho, Stuart Angel Jones, desaparecido em 1971 e assassinado pela ditadura (https://youtu.be/OizAowjB_6E). Chico foi confidente de Zuzu e conta essa história. Ele fala também da descrição da morte de Stuart, feita por Alex Polari, na Comissão da Verdade, e se emociona; compara aqueles tempos, de tortura e censura à imprensa, com o momento atual e volta a se emocionar; depois, diz temer que a história se repita; sinais, não faltam.

O novo livro de Bernardo Carvalho, *O último gozo do mundo* (Companhia das Letras, 144 págs.) não trata exatamente disso, mas conta uma história em que o passado foi esquecido, “tudo é espera sem futuro”, e lembra muito bem a atual conjuntura brasileira. Essa distopia nasceu de uma encomenda, um produtor de cinema queria um texto que falasse de um momento, logo após a pandemia. A produção do filme não avançou, mas o autor seguiu com o romance. Em entrevista para Nahima Maciel, do *Correio Braziliense*, Carvalho diz que seu livro está mais para fábula do que para distopia, “o que a gente está vivendo é um negócio que, há dois anos, seria considerado uma hiperdistopia”. Ele também fala que o próprio sentido

de distopia mudou com essa pandemia e que seu livro tenta ver um futuro, mas não consegue.

Narrado em terceira pessoa, *O último gozo do mundo* conta a história de uma professora de sociologia que se separa do marido, dias antes de ser decretada a quarentena. Ela também escreve ficção, com pseudônimo masculino; um dia, resolve assistir à aula de uma colega da universidade, professora de literatura, que está dando uma oficina de criação literária e detonando seu romance, sem saber quem era a verdadeira autora do livro. Nesse dia, ela se envolve com um aluno de sua colega e engravidou. Começa a quarentena, e não o encontra mais; além do sumiço do pai de seu filho, alguns desaparecimentos também começaram a acontecer: um banqueiro, o líder do partido ultraconservador, um dos braços armados do agronegócio; depois, quando os estudantes começam também a sumir, as investigações da polícia concluem que havia uma ação terrorista em curso no país, na qual os primeiros foram vítimas dos segundos, e o desaparecimento dos estudantes seria resultado de sua entrada na clandestinidade. Cedendo à especulação, ela cogitou que ele pudesse ter tomado esse caminho, mas, mesmo assim, seguiu, já com o filho, à procura do pai, até encontrar um vidente, sobrevivente do vírus, que foi entubado, perdeu a memória, mas ganhou o poder de prever o futuro.

Bernardo Carvalho é jornalista e escritor, colunista da *Folha*, foi editor do suplemento *Folhetim* e correspondente em Paris e Nova Iorque; começou a publicar ficção em 1993, escreveu contos e romances e ganhou dois prêmios Jabuti. Nesse seu novo romance, 13º livro da carreira, a esperança é um vidente. Aqui, até que temos muitos videntes, mas não sabemos, muito bem, o que fazer com suas previsões. ■

DICAS DE FILMES, SÉRIES E DOCUMENTÁRIOS

por Cineclube Vladimir Herzog

Inside

Bo Burnham (EUA, 2021)

Escrito, dirigido, filmado e editado pelo músico e comediante estadunidense, filme traz, por meio de música e piadas, visão intimista de quem tentou manter a sanidade no isolamento da pandemia.

• Netflix

Hit parade

Marcelo Caetano (BRA, 2021)

A partir de projeto de André Barcinski, série em oito episódios, ambientada nos anos 1980, descreve as artimanhas de dois executivos de uma gravadora especializada em artistas populares.

• [GloboPlay](https://globoplay.globo.com)

Cuba e o cameraman

Jon Alpert (EUA, 2017)

Iniciados em 1974 e concluídos em 2016, ano da morte de Fidel Castro, registros de documentarista noviorquino contam a história da revolução, por meio de encontros e reencontros com três famílias cubanas.

• Netflix

Mare of Easttown

Gavin O'Connor (EUA, 2021)

Estrelada pela atriz britânica Kate Winslet, série em sete episódios conta a história de detetive que investiga um assassinato em pequena cidade da Pensilvânia, enquanto sua vida desmorona.

• [HBO Go, NOW, Oi Play](https://www.hbo.com.br)

DICAS DE LEITURA**Escritos negros: crítica e jornalismo literário**

Tom Farias Malê, 382 págs.

Livro reúne matérias, entrevistas e resenhas sobre a cena literária negra em três décadas, tempo em que o jornalista trabalhou em *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Estado de Minas*.

As mulheres de Tijucopapo

Marilene Felinto Ubu, 240 págs.

Publicado por nova editora, livro de estreia da autora na ficção, conta história de Rízia, que migra criança de Pernambuco para São Paulo e, adulta, volta às suas origens.

Racismo estrutural - uma perspectiva histórico-crítica

Dennis de Oliveira Dandara, 210 págs.

Livro discute racismo para além dos comportamentos preconceituosos e articula o conceito de racismo estrutural à totalidade histórico-social, manifestada nas relações sociais do capitalismo no Brasil.

Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis

Jarid Arraes Seguinte, 176 págs.

Publicado em 2017, livro é relançado e apresenta conjunto de cordéis que festejam a memória de 15 mulheres negras brasileiras, entre elas Carolina Maria de Jesus.

Majoria minorizada

Richard Santos Telha, 100 págs.

Fruto de sua experiência de homem negro, livro do professor da UFSB mostra como a comunicação cria uma marcação identitária, imputada pelo racismo.



DIVULGAÇÃO

Cuba e o cameraman documenta a revolução com registros entre 1974 e 2016

Halston

Daniel Minahan (EUA, 2021)

Série acompanha a ascensão de famoso estilista e sua relação com outras figuras famosas da cultura pop, até sua queda, envolvida em escândalos, que causam a perda de sua própria marca.

• Netflix

ENTREVISTA



CADU BAZILEVSKI

Laerte durante votação no Sindicato: 70 anos de idade comemorados com novo livro e um site que reúne a sua produção de tiras

Laerte: em ilustrações e palavras

por Adriana Franco

Acartunista e conselheira editorial do jornal *Unidade*, Laerte Coutinho, completou 70 anos em 10 de junho. Na data, recebeu diversas homenagens pela internet, especialmente por ter vencido as complicações da contaminação por covid-19, incluindo a internação na UTI, e lançou um site no qual reúne sua produção de tiras e, segundo ela mesma, é mais para facilitar o próprio acesso do que para divulgação.

Nesta edição, o jornal *Unidade*, que regularmente é honrado com as contribuições da cartunista – como foi na capa das edições 401 e 405 do novo projeto editorial da publicação e no *Traço Livre* da edição 407 –, celebra os 70 anos de Laerte trazendo ilustrações que ela fez especialmente para o movimento sindical. Os trabalhos estão disponíveis na obra *Ilustrações Sindicais* (https://issuu.com/itaucultural/docs/ilustracao_sindical), que tem domínio público e disponibiliza mais de mil desenhos e ilustrações que podem ser usados pelos sindicatos.

Nesta entrevista, Laerte fala não só de seu novo site (www.laerte.art.br) e do novo livro, o *Manual do Minotauro*, lançado no período de fechamento desta edição, como aborda sua contribuição histórica para o movimento sindical e a recuperação da covid.

Você lançou um site com suas tiras, no qual publica quase diariamente. Qual é a importância de reunir sua produção em um site e ter seu próprio espaço de divulgação?

Acho que é mais para acesso do que para divulgação. Eu sempre tive uma tendência à bagunça pessoal – e profissional – que me prejudica. O site vem para facilitar meu próprio acesso ao que já andei publicando e desenhando. Deve ter alguma relação com a idade; a gente vai ficando um pouco mais autoavaliativa... ■

Durante sua carreira, você contribuiu com o movimento sindical. Como isso se dá e qual é a importância de contribuir para entidades sindicais?

Fazia parte do que eu – e as pessoas com as quais procurei pensar a realidade – entendi ser um espaço decisivo para o processo democrático no Brasil. Entendíamos que os sindicatos de trabalhadores, assim como se muniam de serviços de advogados, de profissionais da saúde, também poderiam se beneficiar de assessorias de imprensa e de comunicação, para suas campanhas e sua conexão com as bases.

Enquanto esta edição é fechada, você lança mais um livro, o *Manual do Minotauro*, que reúne tiras publicadas entre 2004 e 2015. Como você avalia a edição deste novo livro?

Vejo como uma retomada das coletâneas que vinha fazendo, ao longo dos anos – mas que ainda não tinham contemplado essa fase, em que parei de desenhar personagens e de usar roteiros “cômicos”.

Nós, que publicamos em periódicos, usamos esse formato de coletânea tanto para visibilizar nossas estruturas de produção quanto para manter as pessoas informadas sobre o que fazemos.

Você completou 70 anos. Como foi festejar após se recuperar da covid-19? Fazer aniversário após uma grande adversidade teve outro significado?

Não festejei, exatamente... não o aniversário, quero dizer. A alta hospitalar depois da covid, sim – me senti tendo escapado de um grande perigo, graças ao apoio, aos cuidados e às providências de um número enorme de amigos, profissionais, pesquisadores, políticos – entendo que é assim que uma sociedade consegue vencer situações dramáticas como essa pandemia. Afastando os negacionistas e mantendo a solidariedade e a visão democrática. ■

CONHEÇA AS FORMAS DE MENSALIDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SP

PROPORTIONAL

para jornalistas com vínculo empregatício

1% DO SALÁRIO com TETOS de **R\$ 38** para o Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 60 para a Capital

FIXA

R\$ 38 Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 60 Capital

SOLIDÁRIA

Quantia voluntária com valor suplementar

PARA ACERTAR SUA FORMA DE CONTRIBUIÇÃO, ENTRE EM CONTATO: atendimento@sjsp.org.br ou (11) 94539-9699



COLUNA DO JUCA

Tudo é jornalismo?

por Juca Kfouri

E QUE FIQUE BEM CLARO: NADA CONTRA OS JORNALISTAS DE DIREITA. ASSIM COMO AOS DE ESQUERDA, APENAS E TÃO SOMENTE É PROIBIDO MENTIR

Dói abrir um jornal centenário como *O Estado de S.Paulo* e ler em seu editorial, por mais que você já saiba de antemão que não concordará, que Lula e o genocida são apenas extremos opostos. Mas é uma opinião, como outra qualquer, compra quem quer, e mais serve para desgastar a credibilidade do que para fazer cabeças, além das já feitas e que sempre optarão pela extrema direita.

Definitivamente Lula não é de extrema esquerda, aliás, muito ao contrário, é um conciliador por natureza, desde os tempos em que liderava greves no ABC.

Já se o *Estadão* se dedicar a fazer reportagem para provar sua tese estaremos diante de algo grave, de falsificação dos fatos, como fazem notórias e notórios formadoras e formadores de opinião, em busca de monetizar suas notícias falsas, como revela o inquérito que apura os crimes do gabinete do ódio instalado no Palácio do Planalto.

Triste papel de tais figuras, cujo passado de direitistas civilizados se transformou em propagadores de mentiras que não param em pé por cinco minutos, mas que alimentam os fundamentalistas que os sustentam regiamente.

A questão que está posta é sobre o limite de tais sandices.

Por que nosso Código de Ética parece letra morta numa gaveta do sindicato? Como silenciar diante de tanta ofensa ao exercício do jornalismo? Não bastam os garotos-propagandas?

Não se trata de promover caça às bruxas e nem muito menos de impedir que sigam com suas bandidagens, poder que o Código de Ética não tem e é bom que não tenha.

Apenas é obrigatório denunciá-los, mostrar à sociedade que os jornalistas de verdade não os têm mais na conta de iguais.

E que fique bem claro: nada contra os jornalistas de direita. Assim como aos de esquerda, apenas e tão somente é proibido mentir.

Quando um criminoso dissemina a dúvida sobre se a quase morte de jogador de futebol no gramado teve como responsável a vacina contra covid, que ele não tomou, é porque ultrapassamos todos os limites não apenas na política, mas, também, no jornalismo.

Ou quando outro augustamente cobra que Lula visite o túmulo do irmão e do neto cremados.

Ou quando outra propaga ledamente que Lula e o STF queriam matar o genocida.

Qual é o limite?

E calamos perante tanta barbaridade? ■

TRAÇO LIVRE | por João Pinheiro | jpinheiro.com.br